

Brasil Mulher

Ano 1

1976

5

**Creches:
reivindicação
de todas nós**
(pág 12)

**Alzira
Vargas
relata**
(leia na pág 14)

**Elas são
a metade
do eeu**

(declarações de Mao Tse Tung
leia nas pág. 4 e 5)

Preço
deste
exemplar
CR\$5,00

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Joana Lopes
Lais Oreb
Lila Figueiredo
Marina D'Andrea
Rosane de Lourdes Silva
Rose Mary Souza Serra
Therezinha Godoy Zerbine

Diretora Responsável

Lais Oreb

Editora

Joana Lopes

Equipe de Redação

Branca Ferrari
Elizabeth Lorenzotti
Giulia Di Vizia
Joel Guimaraes dos Santos

Marina D'Andrea

Marcelo Holanda

Nilcéia Baroncelli

Pedro Paulo Felismino

Silvanete Silva

Vassilik Constantinidou

Colaboradores

Ana Maria Gonçalves dos Santos

Amelinha Silva Telles

Beatriz do Valle Bargieri

Diva Maria B. Romão

Elmina de Gouveia

Maria Isabel C. Bordas

Maria Lisomar Silva

Mirtes Leal

Nilceia Bernardes

Sonia Vanice Rahal

Pesquisa

Rosane de Lurdes Silva

Ilustração

Lila Figueiredo

Fotografia

Chico de Rezende

Arte

Cidelia Argolo

Paris - Correspondente

Linda Bulik

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher. Sede e Redação em São Paulo a Rua Oscar Freire 1607 - Caixa Postal 13.897. Sucursal em Londrina, a av. Inglaterra 655, Caixa Postal 1379. PR. Tiragem 5.000 exemplares.

A reprodução das matérias contidas em Brasil Mulher será permitida mediante autorização prévia do Conselho Editorial.

Serviços de Arte, composição e impressão Editora Tibagi Ltda. Av. Tiradentes 1280 - Fone: 23-1230 - Londrina - Paraná.

BRASIL MULHER

A 9 de outubro de 1975 surgia, em Londrina - Paraná, o número 0 do Brasil Mulher com a proposta de ser uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida, trabalho destinado a mulheres e homens.

Em um ano de existência, com muito trabalho e sacrifício o BM já está se firmando como jornal. Da equipe inicial de cinco mulheres contamos, hoje, com a participação de cerca de 50 pessoas, entre homens e mulheres, em vários estados e também no exterior.

No início deste ano, diante do interesse despertado pelo jornal entre as mulheres de São Paulo foi eleita, em assembléia realizada nesta capital, a diretoria da Sociedade Brasil Mulher - entidade responsável pela publicação do BM - que vem participando de uma série de palestras para universitários, sob o tema A Mulher Brasileira e o Trabalho, visando o intercâmbio de idéias, a discussão das mesmas e novas perspectivas de trabalho.

Mas, durante todos estes meses tivemos que enfrentar uma verdadeira

batalha. Tínhamos necessidade de uma sede, em São Paulo, onde o grupo participante - numeroso - pudesse dar cumprimento às finalidades da Sociedade

Brasil Mulher e onde também funcionasse a redação do BM, tendo em vista que o jornal é discutido e elaborado em São Paulo e impresso

em Londrina, com a colaboração da equipe BM daquela cidade, onde agora funciona a sucursal do Paraná.

Finalmente, conseguimos. Agora já temos uma sede na rua

Oscar Freire, 1607 - apto-2 - S.P. onde todos os interessados em nosso trabalho poderão nos procurar.

Com a sede, a Sociedade Brasil

Mulher pretende intensificar suas realizações com a publicação de textos sobre a mulher e a Dupla

Jornada de Trabalho, Discriminação Salarial, Sub-emprego, a mulher e os Direitos Humanos, enfim todas as questões

que possam demonstrar a nossa realidade.

A SBM em setembro realizou uma assembléia com as sócias da entidade para um balanço de suas atividades e apresentação de um programa a ser cumprido visando uma participação mais ativa de todas nós.

O jornal Brasil Mulher parte - no próximo mes de outubro - para seu segundo ano de vida, com o respaldo de um grupo de trabalho que pretende continuar fazendo com que o jornal cumpra sua finalidade e atinja o maior número possível de mulheres mostrando a necessidade de participação, para que juntas levemos adiante a luta por nossa emancipação.

0

1

2

Se você não tem todos os números do Brasil Mulher, pode encontrá-los em nossa redação, à rua Oscar Freire, 1607, ap. 2, São Paulo, ou escrever para a caixa postal 13.987, SP.

BRASIL MULHER

OS
NOSSOS
estão
sem
terra



Brasil Mulher



Como será o próximo número? Ele depende unicamente de você

ANISTIA IRRESTRITA

A anistia ocupou, nas últimas semanas, espaços importantes em muitos discursos parlamentares. A questão foi suscitada no Parlamento pelas declarações do senador Jarbas Passarinho, da Arena do Pará, sobre a maneira como se processaram as cassações políticas nos governos Costa e Silva e Emílio Médici. As declarações do senador paraense demonstram que as cassações foram feitas de maneira indiscriminada e injusta e, até mesmo, "por vingança". Diante do depoimento insuspeito do vice-líder do governo no senado e vice-presidente da Arena, parlamentares oposicionistas passaram a exigir a revisão dos processos cassatórios e propor a anistia ampla aos políticos atingidos pelos atos institucionais. O próprio Passarinho admitiu no senado que agora será fatal o crescimento da tese da ampla anistia e revisão das punições. Levado, seja por interesses pessoais imediatos, seja por interesses políticos ou eleitorais, a verdade é que o senador paraense, com suas afirmações, provocou o descrédito nas medidas punitivas dos governos militares. O que emergiu disso tudo é a evidência da necessidade da anistia e o fato de que ela, hoje, não pode mais ser ignorada por ninguém no país. Porém, os parlamentares que levantaram a questão referem-se a uma anistia ampla só para os políticos atingidos pelos atos de exceção, como se fossem as únicas pessoas injustiçadas pelas punições oficiais. Esquecem-se os milhares de brasileiros que se encontram no exterior, sem direitos políticos; que se encontram nas prisões, mesmo sem culpa formada; que se encontram fora de suas escolas, empregos, cátedras, cargos públicos, por cassações superficiais, por suposições passíveis de comprovação, por professar idéias contrárias às vigentes, por se opor a uma política de restrições à liberdade. Homens, mulheres e jovens, das diversas camadas da população e das mais diferentes profissões dos grandes centros e do interior, há mais de uma década, estão alijados de qualquer participação na vida nacional, sofrem a pena de reclusão nos cárceres, em condições muitas vezes sub-humanas, padecem o afastamento obrigatório de suas funções, por força do AI-5 ou outros atos institucionais. Portanto, se está sendo abordada a anistia, como condição de justiça para os atingidos, só se justifica uma anistia ampla e irrestrita, que englobe todas as pessoas que sofrem qualquer tipo de restrição aos seus direitos de cidadão brasileiro, por motivos políticos. Falar de anistia para alguns tem o mesmo efeito de uma gota de água no deserto - não mata a sede de direitos, que a própria Constituição garante.



BM, desde seu primeiro número, se engajou na luta pelos direitos humanos, na luta pela anistia ampla e irrestrita para todos os punidos por motivos políticos. Frisou sempre ser a anistia um problema de direito, de justiça, de necessidade e não um simples perdão. Ao apresentar a anistia num contexto histórico brasileiro mostrou que, em 1945, a anistia só foi conseguida após intensa campanha popular. "Quando todas as camadas da população, desde as classes mais ricas até as mais pobres, se organizaram de maneira consciente, formaram uma frente comum - Campanha pela Anistia - e realizaram comícios em todo o Brasil para exigir o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, o governo foi levado a ceder e surgiu o decreto sobre a Anistia." BM insistiu também em demonstrar que a anistia hoje, significaria um direito e não um dever: "direito porque todos os brasileiros, e a própria Constituição o diz, são iguais. Não é justo que um castigo, baseado em pressão seja de que tipo for seja imposto como lei. A anistia é como em 1945, um problema de luta de justiça e de necessidade".

Ao Jornal .Brasil Mulher À Exm^a chefe de redação

Eu, Walquiria Queiroz Costa, presa política de São Paulo, presa em 23 de março de 1973, incurso no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, como mulher e como patriota, venho mui respeitosamente denunciar diante deste tão responsável e enobrecedor órgão da imprensa uma questão da mais alta gravidade no âmbito das leis e dos direitos humanos, porque este jornal se constitui mais um órgão preocupado na defesa dos direitos da mulher e da pessoa humana que ela representa.

Gostaria inicialmente de colocá-las a par dos fatos que se seguem: Fui presa em 23 de março de 1973 com todas as características que V. S^{as} já devem conhecer, após o que nossa defesa (dos 12 presos do processo na época), conse-

guiu a revogação da preventiva para alguns de nós, motivo pelo qual, sai em liberdade em 25 de outubro de 1973, cumprindo, portanto, sete meses de prisão.

O próximo passo foi o julgamento do processo todo no dia 10 de março de 1975, na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Militar de São Paulo, ao qual compareci, sendo condenada a um ano de reclusão, como incurso na Lei de Segurança Nacional, nas penas do artigo 14 do Decreto-Lei 898/69.

Neste momento em que lhes escrevo, movida por profunda indignação, estou completando um ano oito meses e 28 dias de prisão, estando pois com quase nove meses a mais da pena já cumprida. Até a data de hoje permaneço presa, e ainda com resposta negativa a um re-

curso expedido por meu advogado no dia 12 de agosto de 1975 requerendo junto ao Superior Tribunal Militar a expedição de meu alvará de soltura, para que me fosse permitido aguardar em liberdade o julgamento das apelações do processo todo (26 pessoas), ora em trânsito no S.T.M.

Até o final do ano de 1975 quando do fechamento dos tribunais, nada havia sido resolvido a respeito do meu caso. Novamente em março de 1976, os advogados entraram com novo recurso em Brasília, outra vez junto ao S.T.M. requerendo uma documentação que esclarecesse da competência do meu caso específico, na esperança de eu conseguir aguardar em liberdade o desfecho final do processo. A resposta foi a seguinte:

1- Cabe ao S.T.M. julgar e resolver meu caso à parte.

2- Foi negada a referida documentação sobre competência, e alegou-se a possibilidade de aumento de penas, neste novo julgamento geral.

3- Do acima citado concluiu o S.T.M. que: devo continuar presa até o desfecho final (cuja data ainda nem se cogita) embora já tenha cumprido pena em 1ª instância pela Auditoria Militar de São Paulo.

Deixo, portanto, aqui diante de V. S^{as}, registrada minha denúncia, minha indignação, diante de tal arbitrariedade que infelizmente não é a primeira e nem se pode garantir que será a última. Agradeço uma valorosa atenção. São Paulo, 08 de maio de 1976.

“As mulheres são a metade do céu”

Família de Mao Tse Tung. Seu pai a esquerda em primeiro plano, e o líder chinês em pé à direita.



MORREU MAO TSE TUNG.

“NENHUM HOMEM ABALOU TÃO FORTEMENTE A HISTÓRIA COMO ELE”.

(André Malraux)

Seja qual for a posição ideológica do leitor diante de Mao Tse Tung, ele foi sem dúvida um dos maiores líderes do nosso tempo, o reconhecido condutor de uma revolução. Transformando a China em uma nação socialista moderna e próspera. O sistema familiar e as relações entre os sexos foram sempre assuntos “muito próximos ao coração de Mao Tse Tung”, diz Stuart Schram (um de seus mais conhecidos biógrafos). Com o objetivo de aprofundar o debate em torno dos problemas da família e da exploração da mulher, Brasil Mulher, publica alguns dos textos de Mao sobre esses assuntos e o depoimento de uma mulher chinesa sobre as transformações que sofreu com a Revolução Cultural, deflagrada na China em 1966. Publicamos também a carta de Mao a Chiang Ching, sua mulher e integrante do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, que trata de uma questão atual: O que acontecerá na China após a sua morte.

Segundo Mao Tse Tung, na China, os homens viviam dominados por 3 sistemas de autoridade: o sistema estatal (autoridade política); o sistema do clã (autoridade dos ancestrais e do chefe de família); e o sistema sobrenatural (autoridade religiosa). Em relação às mulheres dizia que além de estarem submetidas a estes 3 sistemas de autoridade achavam-se também dominadas pelos Homens (autoridade marital). Essas 4 formas de autoridade, que mantinham preso o povo chinês e principalmente o camponês, encarnavam a ideologia e o sistema feudo-patriarcal em seu conjunto.

Citando as próprias palavras de Mao extraídas do Relatório da Investigação a respeito do movimento camponês na província de Hunan, em fevereiro de 1927:

“No que diz respeito à autoridade marital, ela sempre foi relativamente frágil na família dos camponeses pobres, porque as mulheres destas famílias por necessidade econômica, têm de participar nos trabalhos físicos em escala maior que as mulheres das classes acomodadas, e por conseguinte, têm maior direito a falar e decidir nos assuntos familiares. Durante os últimos anos, com a crescente ruína da economia rural, tem sido minada a base da dominação do homem sobre a mulher. E recentemente, com o surgimento do movimento camponês as mulheres tem começado, em muitos lugares, a organizar uniões de mulheres camponesas; chegou para elas a hora de levantar a cabeça e a autoridade marital é sacudida dia a dia.

**“Retesar o arco
mas não
disparar a flecha”**

Em uma palavra, com o crescimento do poder dos camponeses, estão cambaleando a ideologia e o sistema feudo-patriarcal em seu conjunto. Porém, no período atual, o

esforço dos camponeses se concentra na destruição da autoridade política dos grandes proprietários de terra. Nos lugares onde está já foi destruída completamente, os camponeses começam seu ataque contra a autoridade do clã, a autoridade religiosa e a dominação do homem sobre a mulher. Entretanto, esse ataque está ainda no início, pois não se poderá acabar por completo com esses três males antes que os camponeses alcancem a vitória completa na luta econômica. Portanto, atualmente, devemos orientar os camponeses para a luta política para a destruição definitiva do poder dos grandes proprietários de terra. Logo há que iniciar-se sem demora a luta econômica para resolver, de forma radical, o problema da terra e outros problemas econômicos dos camponeses pobres.

Em relação ao sistema do clã, às superstições e desigualdades entre o homem e a mulher, sua eliminação será consequência natural da vitória na luta política e econômica (...). São os próprios camponeses que instalaram os seus ídolos; quando chegar o momento, eles o tirarão com suas próprias mãos; não é necessário que outros o façam antes do tempo. A política de propaganda do partido a esse respeito deve ser “retesar o arco, mas não disparar a flecha, indicando somente a postura”. Aos próprios camponeses cabe derrubar os ídolos, os templos das virgens mártires e os portícos comemorativos em honra das viúvas castas e fiéis. É errôneo que outros o façam por eles”.

A Reserva Feminina

A propósito do crescimento das forças socialistas no campo, Mao escreveu em 1956 um artigo do qual transcrevemos um trecho:

“No futuro existirão vários tipos de empreendimentos com os quais as pessoas de agora nem sonham e que levarão ao au-

mento de nossa produção agrícola várias vezes, dez vezes, ou mesmo centenas de vezes acima dos atuais níveis. O desenvolvimento da indústria, dos transportes e do comércio irão muito além dos limites da imaginação dos nossos ancestrais. A ciência, educação e cultura e higiene farão o mesmo. As mulheres chinesas formam uma vasta reserva de mão de obra. Essa reserva deve ser mobilizada para a luta da construção da sociedade socialista. Para encorajar a mulher a se juntar ao trabalho produtivo, devemos colocar em prática o princípio de pagamento igual para trabalho igual, para homens e mulheres da mesma maneira”.

Depoimento de Liang Shiu-chen, (3) de 32 anos, integrante do Comitê Revolucionário de uma das “Brigadas” da comunidade rural em que vive:

“Durante a Revolução Cultural, nós demos um grande passo para frente. Antes, as assembleias eram assistidas principalmente pelos homens. Houve algumas ativistas mulheres, como Li Kuei-ying. Quando ela mudou com seu marido para Yuling, eu a sucedi no Comitê de Direção de Brigada como pessoa responsável pela questão das mulheres. Mas, a maioria dos ativistas eram homens.

Estas foi uma das questões levantadas na hora das grandes críticas da revolução cultural.

Foi Wang Hsiu-ying, do primeiro grupo de trabalho que a levantou. Isso foi na primavera de 1967. Nós condenamos a linha de Li Shao-shi de que as mulheres são só capazes de fazer trabalhos domésticos. Quando o pensamento de Mao Tse Tung, nós dizemos que já que nós mulheres sustentamos a metade do céu, queremos tomar parte de todas as atividades políticas e também de todas as decisões.

A brigada discutiu bastante este assunto. Então, as massas decidiram que os homens também tinham obrigação de fazer a sua parte no serviço doméstico. No começo,

alguns dos homens se levantaram e disseram que simplesmente nós não podíamos tomar mais decisões. Tomar conta das crianças é que era serviço de mulher. Eles não estavam dispostos a cooperar. Eles lembravam que as crianças choram e pedem a mãe à noite. Disseram que não era direito, pelo bem das crianças, que as mulheres fossem às reuniões enquanto os homens ficavam em casa. Isto não seria bom para as crianças, disseram eles.

Então, nós mulheres, colocamos a questão para a Brigada devemos ou não devemos participar do trabalho político? Houve muita discussão. Nós também dissemos aos homens que seria bom para eles aprender a tomar conta das crianças. Finalmente, a brigada chegou a uma opinião unânime. Foi decidido que, quando as mulheres fossem às assembleias, os homens ficariam em casa e tomariam conta das crianças.

Desta forma, não seriam só os homens a falar em assembleias e a decidir as coisas. (Em 1962 havia uma só mulher entre os 12 membros do Comitê de Direção de Brigada; em 1967, dos 11 membros do comitê revolucionário, 3 eram mulheres” (3).

(1) Schram é diretor do Instituto de China Contemporânea da Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres; é o autor de “Mao Tse Tung”-sua biografia editada em português pela Biblioteca Universal Popular, 1968.

(2) Esse é o texto traduzido das obras escolhidas de Mao, editada em Pequim, após a Revolução. Foi feita por Mao uma pequena correção, em relação ao texto original de 1927; onde se lê “As desigualdades entre homem e mulher” estava antes “as noções unilaterais de castidade. A observação é de Stuart R. Schram.

(3) Esse episódio, foi retirado do livro de Jan Myrdal e Gun Kessle, “China: the Revolution Continued”, da Pelican Books, 1973.

Carta de Mao Tse Tung à sua mulher Chang Ching em oito de julho de 1966.

Esta carta pessoal de Mao a sua mulher Chang Ching não foi publicada na imprensa oficial chinesa. Tornou-se um documento de estudo do Comitê Central para uso dos quadros na campanha contra Lin Biao nos primeiros momentos da Revolução Cultural. Os documentos publicados na primavera de 1974, trazem as primeiras informações detalhadas sobre o desenvolvimento da campanha contra aquele dirigente durante o ano de 1973, numa unidade regional do Exército. Esta carta foi chamada - assim como outros textos da mesma época - de "Documentos Capitais para Estudo da Campanha" e seu objetivo é mostrar a resistência pessoal de Mao contra Lin Biao, desde o começo da Revolução Cultural. Além de sua função política no contexto particular da Revolução Cultural, esta carta - em razão de seu conteúdo - suas projeções sobre o futuro da China e o desaparecimento de seu autor - é um dos documentos mais importantes dos escritos particulares de Mao que chegaram até nós. Escrita em julho de 1966, ela mostra de maneira profética que elementos revolucionários e contra-revolucionários usarão e abusarão, após sua morte, de suas obras e de seus documentos. As incertezas que anunciavam, em 1966, o grande redemoinho que foi a Revolução Cultural, nos revelam, através desta carta, um Mao cético sobre o futuro político de seu país.

Chang Ching

"Recebi sua carta de 29 de junho: é preferível que você prolongue sua permanência aí em alguns dias, tal como foi proposto pelos camaradas Wen (Wen-po) e Chen (Pi - sien). Este mês receberei dois visitantes estrangeiros. Após estas recepções, eu lhe darei a sequência de meu programa de viagem. Depois de ter deixado Woulin - em 15 de junho passei mais de dez dias numa caverna aqui no oeste. Para dizer a verdade, eu não estou muito a par da atualidade, pois há dez dias estou em Paiyunhouangho, desde 28 de Junho. Todos os dias leio meus relatórios e é muito interessante. Em sete ou oito anos, "um grande caos no reino", vai novamente metamorfosear-se "numa grande ordem no reino". Então, de uma vez, "os diabos de chifre e os espíritos da serpente" sairão por eles mesmos. Eles são determinados pelo caráter de sua classe e nada mais podem fazer que sair.

"Eu jamais acreditaria que estes pequenos livros..."

O Poder central me pressiona por que ele quer publicar o discurso de meu amigo (Lin Biao), eu vou concordar para que ele seja posto em circulação na base. Ele fala particularmente do problema de um golpe de Estado. Eu jamais li uma exposição como a sua. Senti algumas dúvidas em vista de al-

guns de seus comentários. Nunca acreditei que pequenos livros escritos por mim contivessem tal poder espiritual. Quando ele os eleva até as nuvens, o país inteiro não tardará em fazer o mesmo. É tão exagerado quanto "uma Wang Po oferecendo melões e louvando, ela mesma, suas qualidades". Eu fui agarrado por eles sobre "O Monte Liang (entre os rebeldes)": eu não posso, sem dúvida, recusar-lhes meu consentimento. Estar obrigado a dar consentimento contra sua própria convicção, numa questão de extrema importância, eis aí uma situação que jamais me tinha ocorrido. Isto representa manobrar contra sua própria vontade. Juan Chi, da dinastia Chin, era contra Ling Pang: quando lá de Loyand à Chengkiao ele meditou: "Somente porque não existem mais homens extraordinários no mundo, é que um homem ordinário (como ele) pode se transformar num nome". Lou Siun corrigiu seus próprios ensaios. Meus sentimentos parecem-se com os seus. Eu amo a sua franqueza e sua retidão. Ele diz: "quando eu me analiso sou sempre mais rigoroso do que quando analiso os outros".

O macaco é rei quando não há um tigre

Depois de alguns desequilíbrios eu passei a comportar-me sempre desta maneira. Mas os camaradas jamais acreditaram. Sinto-me seguro apesar que tenho dúvidas. Quando era jovem disse a mim mesmo: "Tenho a firme convicção que viverei duzentos anos e percorrerei três mil milhas como um rápido rio. Era sem dúvidas dar provas de uma auto-suficiência um pouco exagerada. Portanto não tinha dúvidas interiores. Eu sempre pensei que o macaco nomeava-se rei quando não haviam tigres nas montanhas. Eu também tornei-me rei supremo, mas não existe nisso qualquer compromisso porque também tenho alguma coisa de tigre que domina o resto. Por outro lado, tenho alguma coisa em mim de macaco, mas é secundário. Certa vez citei algumas frases de Li Kou da dinastia dos Han a Juang Ching: (...) "É difícil agir sob o fardo de um nome celebre". Esta frase se aplica a mim e a li numa sessão do Comitê Central Permanente. É muito importante para um homem que se conheça bem. Em abril deste ano, declarei na conferência de Hang Chou que eu não aprovava as fórmulas utilizadas por meu amigo. Para quem isso seria bom? Isto não serviu a ninguém.

Tornei-me o grande exorcista

Em maio, na Conferência de Pequim, ele não mudou de estilo: os jornais e revistas utilizaram expressões contundentes: elevaram-me, literalmente, às nuvens como a maravilha de to-



Chang Ching

das as maravilhas. Não me restava outra solução que refugiar-me no "Monte Liang" (como rebelde). Eu advinho sua verdadeira intenção: para abater os diabos eles querem se assegurar da confiança de Chung Kouei (o exorcista). Tornei-me o Chung Kouei do partido comunista do século XX. Mas geralmente as coisas possuem a tendência de transformarem-se em seus contrários. Quanto mais eleva-se qualquer um às nuvens mais dura será a queda. Minha atenção está voltada para os ossos que se romperão. Não é possível aniquilar a matéria, ela será apenas fragmentada. Há no mundo inteiro mais de cem partidos, a maioria destes não acredita mais no marxismo, leninismo. Se Marx e Lenin estão fracassados, para eles, será o mesmo para nós? Eu acho que você deveria aprofundar estas questões e não deixar a vitória lhe subir à cabeça. Você deveria frequentemente refletir sobre suas fraquezas, seus erros, seus defeitos. Quantas vezes abordei este problema com você em Changai no mês de abril. O que eu lhe escrevo se parece ao pessimismo negro. Os elementos anti-partido não disseram a mesma coisa? Eu acho que algumas fórmulas não são totalmente satisfatórias, quero dizer, para a utilidade que elas podem ter para mim. Eles querem derrubar o partido e a mim pessoalmente. Esta aí a diferença entre eu e a "Klic Negra". Que não se publique estas linhas neste momento. Todos os elementos revolucionários se exprimiriam assim neste momento. Se isto for publicado nós lhe daremos uma ducha fria, o que representaria um sustentáculo para os elementos contra-revolucionários. Nossa tarefa

atual consiste em abater, em parte, (totalmente é impossível) os elementos contra revolucionários no partido e no país inteiro. Ao final de sete, ou oito anos poderemos lançar uma nova campanha para espantar os diabos de chifres e os espíritos das serpentes, como mais tarde será necessário voltar a fazê-lo. Em que época será possível publicar estas linhas? Agora é difícil dizer porque elas não agradariam nem aos revolucionários nem às massas.

Depois de minha morte

É possível que o momento exato seja após a minha morte, quando os contra revolucionários quiserem tomar o poder. Que eles publiquem então, tranquilamente. Eles explorarão minhas palavras para alçar definitivamente a bandeira negra, mas isso não lhes trará felicidade. Depois que o Império foi derubado na China, em 1911 a reação não pode ficar muito tempo no poder. Chang Kai Cheg, se manteve durante alguns decênios, mas assim que o povo se revoltou ele foi derrotado. Chang Kai Cheg explorou a confiança que nele depositou Sun Yat - sen. Ele abriu uma academia militar Whanpoa, reunindo, em volta de si, uma legião de reacionários: a classe dos proprietários de bens imobiliários e os compradores de bens revolucionários do partido comunista. Foi assim que ele pôde se manter durante um certo tempo, com tranquilidade. Em trinta anos ele jamais conseguiu unificar o país. Após a luta entre o partido comunista chinês e o

Kuomintang, a luta entre o Kuomintang e os Senhores da Guerra de todas as tendências, a guerra sino-japonesa e finalmente a monstruosa guerra civil - que durou quatro anos - ele fugiu para seu arquipélago. Se jamais a China deixou se surpreender por um golpe de Estado anti-comunista, eu posso dizer com absoluta segurança que os elementos direitistas não terão uma vida tranquila. Provavelmente essa tentativa estaria condenada à morte em curto prazo, porque todos os revolucionários que representam o bem estar de noventa e cinco por cento do povo chinês não o permitiriam. Quando chegar este momento os direitistas poderão explorar minhas palavras para chegar ao poder. No entanto, os revolucionários explorarão, por sua vez, outras de minhas palavras para se organizarem e derrotar a direita contra-revolucionária. A grande Revolução Cultural, atual, é uma grande estratégia autêntica. Em determinados distritos (como na cidade de Pequim) os revolucionários reassumiram no espaço de uma noite e em muitos redutos críticos como a Universidade de Pequim e a de Chighua. Quanto mais os contra revolucionários são presunçosos e cruéis, mais viva se torna a esquerda revolucionária. É uma manobra executada no plano nacional: todos, a esquerda revolucionária, a direita contra-revolucionária, outros hesitantes e instáveis tirarão lições úteis. Eis o resultado: "O futuro se prenuncia brilhante, mas o caminho está semeado de tropeços". Estas duas constatações continuam a serem válidas".

Mao Tse Tung

Os fatos estão aí

Bóias - frias privilegiados

Depois de recusar as 15 reivindicações de trabalhadores rurais, entre elas: reajuste salarial de 50%, maior proteção e segurança durante o transporte para as fazendas, aceitação de atestados médicos ou dentistas para abonar faltas ao trabalho, envelopes individuais de pagamento, onde sejam discriminados os descontos; o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), Fábio Meirelles disse que os bóias-frias (400 mil entre cerca de 2 milhões de trabalhadores agrícolas de São Paulo) são uns privilegiados; que em apenas alguns meses do ano podem ganhar quantias de até Cr\$ 20 mil, o que lhes permite ficarem desocupados o resto do ano.

Engenheira "bichinho estranho"

Só de pensar em atravessar os corredores cheios de rodinhas de rapazes que cochiçam e riem quando a gente passa... As perguntas na sala de aula não são dirigidas à aluna que está querendo enriquecer seus conhecimentos mas sim à mulher que escolheu fazer engenharia. Mal sabem as amigas que a maioria dos rapazes engenheiros nunca transariam com uma mulher que faz engenharia pois, o maior prazer que sentem é o de abrir o caderno de Cálculos perto da namoradinha que fica abismada com a inteligência do namorado, o qual consegue entender o significado de todas aquelas cobrinhas. As colegas de classe não confiam nos nossos cálculos e se divertem com qualquer pergunta que você faça. Depoimento de uma aluna do 2º ano de Química da Faculdade de Engenharia Industrial, de São Paulo.

Consciência Histórica

Até que ponto a História que é contada nos livros oficiais é realmente a História do Povo? Segundo o artigo de Maurice Maschino - A memória popular revisitada, o povo permanece nos bastidores (só saindo dele para descer às ruas, mas as manifestações não são bem vistas), sua vida cotidiana, seu trabalho e seus infortúnios não despertam o interesse do historiador. O mesmo com os camponeses, os artesãos, os sindicalistas, os "rebeldes" e marginais de toda espécie, que, no entanto, constituem a vida concreta de uma nação e a constróem.

Truncada, distorcida, a história oficial não é mais que propaganda: ela propaga um conhecimento que nos aliena, dando-nos uma imagem invertida da realidade: "Nossa memória é a memória do poder"

Brecht e a verdade

— E sempre possível divulgar a verdade?

— Deve-se, ao menos, tentar. Quem nos dias de hoje, quiser lutar contra a mentira e a ignorância e escrever a verdade tem de superar estas dificuldades: a coragem de escrevê-la, a arte de manejá-la como arma, a astúcia de divulgá-la entre os escolhidos, a inteligência de reconhecê-la embora ela se mostre disfarçada e a capacidade de escolher em que mãos ela se tornará mais eficiente. Trecho da entrevista fictícia, que Cecília Prada, de Visão, montou sobre Bertolt Brecht.

Libertação dos povos

As mulheres divergem sobre a sua própria emancipação. Cada uma dá a interpretação do movimento feminista, de acordo com suas experiências. A manequim Cidinha Silva diz que "os homens estão procurando uns aos outros, porque não encontram na mulher aquela feminilidade de antigamente. Ela está querendo acabar com a posição do homem. Não sei o que as feministas querem, mas sei que o homem não vive sem a mulher e nem ela sem o homem. A verdade é que a mulher quando gosta, sente-se bem sendo um pouco submissa". Por outro lado, Helena Silveira jornalista e escritora diz que nunca entraria num movimento feminista. "Entraria sim, num que fosse de libertação dos povos. Falar em feminismo numa terra onde o homem de uma determinada classe para baixo não tem consciência de sua humanidade e pouco se distingue do pó onde pisa, não me deixa exaltada".

A mulher e a produção nacional

"A taxa de empregos continua alta no Brasil e o governo está pensando inclusive em utilizar melhor a mão-de-obra feminina, para não prejudicar a produção nacional". Palavras de Arnaldo Prieto, ministro do Trabalho.

Bons Conselhos

A seção NOTÍCIAS DAS FÁBRICAS do jornal sindical Tribuna Metalúrgica de São Bernardo e Diadema denuncia em sua edição de agosto o ambiente da Volkswagen. O jornal aponta o ritmo alucinante da produção, o aspecto policial da segurança industrial e as decisões desumanas do setor social que acabaram "por criar um clima de descrédito entre os trabalhadores". Diante disso, o jornal dá uns bons conselhos para os operários, entre eles: "Se você está sendo perseguido pela Chefia, cuidado. Arrume duas ou três testemunhas que possam provar essa perseguição. Não abaixe a produção, porque isso é exatamente o que o chefe está esperando para punir você; se você for chamado ao setor de segurança lembre-se que tudo que for falado vai ser usado contra você. Exija a presença do Sindicato ou de testemunhas. Não caia na retórica. Não tenha medo, porque você não é marginal. O último conselho: E, sobretudo, sejam unidos. Que não falte testemunhas para nenhum operário.

Denunciem ao Sindicato as irregularidades.

A leitura das operárias

Socióloga da Universidade de São Paulo, Ecléa Bosi, fez uma pesquisa a respeito do hábito de leitura de operárias. Ecléa entrevistou 52 operárias de uma fábrica da zona Oeste de S. Paulo, horistas, com jornada de trabalho de 8h diárias de segunda a sábado, recebendo na época (novembro de 1970) cerca de Cr\$ 1,20 por hora. A maioria concluiu o primário e as idades variavam de 19 a 35 anos. De acordo com a pesquisa, o jornal mais lido com regularidade foi o distribuído pela fábrica gratuitamente toda a semana. O período de leitura predominante são os dias de semana (94% das respostas), pois o domingo é o único dia de descanso das entrevistadas. E elas usam esse dia para fazer trabalhos domésticos.

América Latina, à direita

A revista "Business Week" numa reportagem especial de 10 páginas, com chamada de capa mostrando países latino-americanos de portas escancaradas, a do Chile a mais escancarada revela algumas informações sobre as relações América-Latina e Estados Unidos. Segundo a revista, as portas voltam a ser abertas a investimentos estrangeiros e "talvez pela primeira vez na história moderna, virtualmente toda América Latina parece mover-se simultaneamente na mesma direção: a direita".

Prossegue a revista dizendo que dos 19 produtos básicos vitais à segurança norte-americana, 12 procedem de modo significativo da América Latina. "Está tudo lá, proteínas, minerais, florestas, água", diz com alegria um dos principais planejadores da CPC Latin América.

A essência do povo

"Faz 12 anos que o Brasil é dirigido por um governo militar que compreendeu a essência do que é realmente um povo: uma comunidade desejosa de tranquilidade, paz e progresso. Em pouco mais de 10 anos, esse governo escreveu a História do Brasil, baseada sobretudo no desenvolvimento econômico. Os militares brasileiros estão mostrando ao mundo como se deve agir para aglutinar um povo". Saudação feita pelo ministro de defesa do Chile, general Herman Brady Roche, ao condecorar o general brasileiro Sylvio Fota com a ordem do Mérito Bernardo O'Higgins.

Pressão

As famílias de 35 presos políticos que cumprem pena no presídio Ramão Gomes recorreram ao Cardeal D. Paulo Evaristo Arns para manifestar a sua preocupação quanto à segurança desses presos, diante de ameaças contidas em panfletos que teriam sido encontrados no próprio estabelecimento penal, de autoria atribuída a AAB - Aliança Anti Anticomunista Brasileira.

A redobrada vigilância que os visitantes encontraram no presídio Ramão Gomes foi justificada como decorrência do surgimento desses panfletos, segundo explicações dos responsáveis pela casa de detenção que, entretanto, não mostraram a eles o material apreendido e nem esclareceram os dizeres nele encontrado, previnindo apenas que continha ameaças.

A preocupação das famílias aumentou porque a partir de segunda-feira os presos começaram a depor no DOPS, em inquérito que os incrimina pela divulgação de um cartão postal - a sombra de uma mão por trás de uma grade - no Jornal Universitário "2 Pontos". As razões desses inquéritos também não foram entendidas pelas mães e mulheres. Explicaram que este postal foi enviado no natal passado aos familiares e amigos dos presos, pelo correio, com a censura prévia da direção do presídio. "Somente depois que este postal saiu no jornal - afirmaram - é que se passou a este inquérito sob a alegação de que o cartão atentava contra a segurança nacional".

Quatro das 35 pessoas que cumprem pena na Ramão Gomes - Arthur Scavone, Amilton Pereira, Pedro Rocha Filho, e Reinaldo Morano Filho - estavam na iminência de obterem a liberdade condicional, mas esta possibilidade foi afastada com a abertura de um inquérito. Para os familiares dos presos, o surgimento desses panfletos que eles não puderam ver, mas cuja existência teria sido confirmada pela direção do presídio, não passa de um ardil de grupos interessados em complicar a situação dos presos políticos. "No ano passado - afirmaram - eles receberam cartas na prisão nas quais já se fazia ameaça extensiva também as famílias e dizendo que a liberdade também não lhes serviria para muita coisa pois seriam caçados".

Ontem quando visitaram os presos no Ramão Gomes, os seus familiares não chegaram a comentar o assunto com eles, pois ficaram sabendo depois, na hora da saída. Bastante tensos foram conversar com o cardeal D. Evaristo Arns no período da noite, além de manterem contatos com seus advogados. 26/09/76

Fontes Utilizadas:

Jornal O Estado de São Paulo
Jornal da Tarde
Jornal da Semana
Opinião
Pasquim
Revista Visão
Tribuna Metalúrgica
Jornal Murro de Arrimo

Anuncie em Brasil Mulher: um jornal para ser lido sem preconceito. Departamento de Publicidade, rua Oscar Freire 1607 - sala 2
Telefone, 278-60-83.
Falar com Odair Silvestre ou Orlando José.

O feijão nosso de cada dia

A marmitta do trabalhador está pronta: arroz e feijão. Só que desta vez muito mais arroz do que feijão. A dona de casa não entende muito porque sempre falta feijão, sendo ele tradicionalmente, o alimento

de sua família. Na hora do almoço, na fábrica, o trabalhador se junta aos seus companheiros e todos percebem a mesma situação: mais arroz e menos feijão. Segundo um jornalista econômico, essa situação mudará a partir do próximo ano, quando para estimular a produção do feijão, o governo dará menos incentivos ao arroz.



O trabalhador que sai às 4 horas da manhã de casa e volta às 10 da noite, não tem tempo de pensar porque tem menos feijão na sua marmitta. A tática da pernambucana Maria Nunes de Oliveira, moradora da favela Ordem e Progresso, em S. Paulo, que "come feijão para não passar fome", é a mesma de outras donas de casa: "quando o feijão está muito caro, diminuo o feijão e como mais arroz".

De acordo com pesquisas nutricionais a mistura arroz com feijão, supre as necessidades alimentares de uma pessoa, desde que seja consumida em quantidades suficientes, e mesmo porque junto com o arroz e feijão se come alguma mistura, verdura, tomate, cebola, ovo, quando possível.

Aparecida Frederico, dona de casa de classe média, diz que sua filha "não comia feijão porque não gostava. Ela estava com anemia e o médico recomendou que comesse feijão pelos menos três vezes por semana".

Ana Maria Isac, 35 anos, moradora da favela Ordem e Progresso, ao lado de sua filha de 15 anos grávida, acha o preço de feijão completamente exagerado. Antigamente o feijão era a comida mais barata. Agora é a mais cara de tudo". Para confirmar suas palavras, Suzu Shiraiwa, imigrante japonesa que tinha o hábito de anotar as compras diárias da família quando morava no interior de S. Paulo, no período de 1939 e 1954, mostra seus apontamentos. Ali, nota-se que o preço do feijão foi sempre menor do que o do arroz. Nas épocas em que o preço do feijão estava em alta, equiparava-se ao preço do arroz.

Apesar disso, Ana Maria continua comendo feijão, pois "acho que sem o feijão, o brasileiro não pode viver, porque uma marmitta sem feijão, o trabalhador não aguenta". Contudo, hoje o trabalhador vê a cada dia a quantidade de feijão diminuir da sua marmitta, e o preço aumentar no empório.

Segundo dados da Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo, o preço do feijão teve um aumento de 134% de junho de 1975 a junho de 1976, enquanto que o aumento do salário foi de 44,2%.

Dona Maria, empregada doméstica, mulher de operário com 6 filhos, cozinhava uma medida de lata de margarina de feijão por dia e atualmente usa a mesma quantidade para dois dias.

O feijão está em falta?

Clementina Rodrigues Monteiro, feiran-

te em S. Paulo há mais de 10 anos explica, como anda o feijão na feira:

- Quando está barato as donas de casa levam 5, 6, 8 kg. Quando está caro como agora, levam bem menos. Elas dizem que é devido ao preço. O que tem mais saída é o rosa e o roxo, porque é um feijão melhor. É preferido por um pessoal médio. O pobre vai naquele que é mais barato. Um saco do roxo custa entre Cr\$ 820,00 e Cr\$ 850,00. Dizem que tem 60 kg, mas nunca dá. Eu compro na rua Santa Rosa, no mercado, nos atacadistas. A gente vai procurando o preço. A gente não compra direto do produtor". O preço do feijão em sua banca varia entre Cr\$ 10,00 e Cr\$ 16,00, dependendo do tipo.

Os pequenos e médios comerciantes, como Clementina que vivem "procurando o preço" são os responsáveis pelo abastecimento da grande maioria da população.

O jornalista Marco Antonio Rocha explica o lucro reduzido desses comerciantes: "o governo tabelou o feijão preto a Cr\$ 314,75 (dados de junho de 1976) por saca de 60 kg. para venda no atacado, e de Cr\$ 5,67 o kg para venda no varejo, a granel. Dividindo o preço de tabelamento no atacado por 60 kg, verifica-se que o feijão preto - pelos números oficiais - custaria ao varejista Cr\$ 5,24 o kg. Para vender pelo preço tabelado ele teria de se contentar com o lucro de: $5,67 - 5,24 = 0,43$ ". Então Marco Antonio argumenta: "pode um dono de armazém ter um lucro de apenas Cr\$ 0,43 por kg? E o que acaba acontecendo diz ele, é que o comerciante ou "acaba vendendo acima da tabela ou simplesmente cancela o produto de sua lista de compras dizendo à freguesa: o feijão está em falta".

Os "problemas" do feijão

Se no Brasil há tanta terra, e o feijão dá em qualquer lugar do país, como se explica a sua falta e o preço elevado? A produção do feijão não tem acompanhado o aumento populacional: a cada dia nasce mais gente e planta-se menos feijão. Se a produção total de feijão fosse dividida igualmente a todos os brasileiros, de 1950 a 1970, a cada um caberia de 23 a 28 quilos por ano. A partir de 1971, verifica-se uma diminuição gradativa dessa quantidade.

Alguns economistas acreditam que a grande dificuldade que o feijão enfrenta é "o descaso a que sua cultura é relegada por parte do governo". Segundo declaração do Ministro da Agricultura, Aylson Paulinelli, o feijão vai faltar por mais 5 ou 6 anos. Paulinelli afirmou que se ele "fosse

fazendeiro não se dedicaria a essa cultura, procurando outras mais rentáveis, pois a cultura do feijão envolve muitos riscos".

Técnicos da Secretaria da Agricultura de São Paulo atribuem a falta de feijão a dois problemas: os de ordem econômica e técnica. Entre os problemas de ordem econômica, citam a falta de estoques, insuficiência de canais de comercialização, onde "quem estabelece o preço é o intermediário", e a falta de apoio econômico aos produtores. Estes "problemas" são conhecidos por todos aqueles que lidam com o cultivo do feijão.

Os agricultores somam a estes, mais dois "problemas" de ordem técnica: falta de sementes melhoradas e as pragas e doenças. Porém, um dos técnicos ligados ao setor da agricultura aponta como solução "a racionalização da cultura, isto é, formar uma cooperativa de produtores e entregar direito para o varejista, como já ocorre com as hortaliças". E a lista interminável dos "problemas" do feijão prossegue: o feijão é cultivado junto com o milho, o café, recebendo estes os maiores cuidados do agricultor, pois, no caso do café, serve para exportação. Além disso, eles preferem plantar produtos que deem renda, como a soja que também é exportada.

O Incra, por... outros danos do "problema": 70% da produção do feijão no país é de responsabilidade de explorações de 10 a 25 hectares. Em tom satírico, uma socióloga comenta a respeito da mecanização da cultura do feijão: "Se puserem um trator numa dessas fazendinhas, é capaz que a frente dele invada outra propriedade".

branco pequeno, às condições do solo e clima do Estado. Essa variedade é bastante consumida pela população norte-americana e, caso se condicione às características paranaenses, poderá resultar num produto potencialmente exportável para os Estados Unidos.

No momento, porém, é também em nome do mercado externo e da balança de pagamentos, que áreas antes dedicadas ao cultivo do feijão e outros produtos agrícolas estão sendo substituídas pela soja. O quadro abaixo caracteriza bem esta situação:

Soja contra feijão

Área plantada e incentivos no Estado de São Paulo
De 1970 a 1975 (anos de expansão da soja)
Área plantada
A soja aumentou 500%
O feijão diminuiu 8%
Créditos concedidos
Para a soja, aumento de 800%
Para o feijão, aumento de 350%

Se a produção da soja é incentivada em detrimento da cultura do feijão, isso não acontece por falta de terras ou de consumidores, mas por uma opção econômica tomada pelo país que produz para exportar, e não para satisfazer as necessidades da população.

Solução, mercado externo?

Um agrônomo de Campinas cita o estímulo do mercado externo para a solução da modernização da feijocultura, exemplificando o que ocorreu com o amendoim: "logo que o produto conseguiu mercado externo, os métodos de produção melhoraram".

Parece que o mercado externo é a solução para o "problema" feijão, pois uma equipe de professores do Departamento de Fitotécnica e Fitosanitarismo da Universidade Federal do Paraná está desenvolvendo pesquisas sobre a adaptação do feijão

Economia Brasileira

Resumo do valor nutritivo de porções médias de alguns alimentos em relação à necessidade média do adulto.

Necessidade média do adulto:
Calorias: 3.000
Cálcio: 0,67 gramas (10 unidades)
Fósforo: 1,32 gr. (10 unidades)
Ferro: 0,015 gr (15 mg) (10 unidades)
Vitaminas: A - 5.000 U.S. (unidades Sherman)
B1 - 250 U.S. (1,8 mg)
C - 1.000 U.S. (75 mg)
B2 - 500 U.S. (3 mg)

LAVRADORAS SEM terra

Se pudessemos descrever todos os casos que se passam no campo encontraríamos um quadro que daria a real situação da agricultura brasileira. No entanto, a maioria das manchetes que circulam em nosso país sobre a situação da agricultura tem muito pouco a ver com os homens e mulheres que lavram a terra de sol a sol. Essas manchetes falam: das “famosas” plantações de trigo (que são apenas uma “amostra”), dos altos preços da soja no mercado internacional e outras quimeras mais... é toda uma visão tecnicista que também assola a agricultura. Dentre as modificações que passou a agricultura nos últimos anos, principalmente na região Sul, destacamos a continuidade da alta concentração da posse da terra nas mãos de poucos, temos também a introdução de novas técnicas de plantio com máquinas, que expulsam a mão de obra do campo. Não se pode esquecer ainda que a legislação social levada ao campo depois de 1960, mais a expansão de algumas atividades como a pecuária e soja reduziram flagrantemente o trabalho

“Veja o senhor, eu tenho 45 anos. Desde menina trabalhei com meus pais na lavoura, em várias fazendas aqui do Paraná. Eu gosto da terra, de plantar, de colher, e por isso sempre sonhei em ter um pedacinho só meu. Em meados de janeiro de 1975, eu e meu marido passávamos por São Jerônimo da Serra quando ficamos sabendo que um tal de Cicero Moraes Sobrinho estava vendendo um lote de dez alqueires de terra. Ele devia muito pro IBC. Estava com as prestações atrasadas e não tinha como pagar.”

“No sítio tinha plantado alguns milhares de pés de café, mas eram improdutivos. Fui falar com ele se queria me vender. Acertamos e entramos num acordo. Fomos ao Banco do Estado do Paraná em São Jerônimo, e numa conversa com o gerente, Amadeu Benini, fizemos o acordo. O IBC liberaria para plantio e deixava um financiamento, e na primeira colheita eu pagaria Cr\$ 120 mil a Cicero.

“Depois disso voltei pro sítio. Estava feliz. A empreitada era muito arriscada, mas mesmo sozinha fui em frente”.

“Com 18 anos me casei com Avelino (Avelino Azevedo, lavrador). Tivemos uma filha que agora está casada e vive com o marido em Londrina. Depois de vinte anos de casada, meu marido ficou ruim da cabeça. Meus pais e irmãos moram em Minas, e já faz bem uns quinze anos que não os vejo. Quando meu Avelino ficou doente, a gente trabalhava numa fazenda perto de Maringá. Sem dinheiro, tentei internar ele em vários hospitais que atendem de graça. Mas sua doença é incurável”.

“Chamei minha filha e meu genro que estavam em Londrina. Para me ajudarem no trabalho do sítio. Um mês depois, o IBC liberaria o financiamento. Mas, para recebê-lo, teria que dar a terra pronta para o plantio. Durante trinta dias trabalhei de sol a sol e dos dez alqueires, deixei pronto oito. O fiscal do IBC fez a vistoria e satisfeito me entregou a liberação. Com os envelopes, fui ao Banco do Estado do Paraná”.

“Lá o gerente (Amadeu Benini) me disse que não poderia retirar o dinheiro porque a propriedade não estava em meu nome, e nem ao menos tinha uma procuração que dava poderes para o saque. Explicou ainda que, para conseguir aquele dinheiro, teria que entrar em contato com Cicero e seu avalista, o delegado de São Jerônimo, um tal de Manoel Alves. Sai a procura dele por toda cidade. Conseguí localizá-los e fomos ao Banco. Enquanto o delegado, Cicero e o gerente conversavam, fiquei sentada ao lado deles.

Não queria me meter na conversa. E foi bom. Foi aí que Manoel começou a levantar a voz contra Cicero, dizendo que iria matá-lo, todos os clientes saíram a agência com receio. Nada foi acertado. Fiquei desesperada com a situação”.

“Meu marido também levou uns pés-de-ouvido. Meu genro tentou reagir, mas a jagunçada o impediu. Até a minha filha que estava grávida apanhou”.

“Depois do almoço voltei para a agência bancária, e conversando, só eu e o gerente, ele me disse que era para contratar um advogado. Ele achava que dificilmente conseguiria retirar o financiamento sem a ajuda judicial. Fiquei nervosa. Sem aquele financiamento não poderia comprar sementes, e não poderia ter colheita. Sem ela perderia a terra, já não teria dinheiro para pagar Cicero. O problema era a documentação. Daí, teria que falar com Cicero. Não conseguí encontrá-lo na cidade. Então fui à delegacia e Manoel me disse para desistir do dinheiro. E contou que Cicero já havia sacado e viajado. No Banco, confirmaram. Aproveitei para pedir ao gerente um pequeno empréstimo, o suficiente para comprar algumas sementes. Alguns dias depois, conseguí”.

“A terra já estava pronta para o plantio. Contratei dois empregados. Meu genro e minha filha me auxiliavam um pouco. Antes de começar a plantar, fui até a cidade comprar mantimentos. Voltei na hora do almoço. E lá estavam eles: O delegado, Manoel Alves; um inspetor de quartelão, seu braço direito e três jagunços. Perguntei porque estavam no sítio. O delegado me disse que era para expulsar a gente, pois a terra era sua. Ele era o avalista de Cicero e como este não pôde pagar disse que o sítio de direito era seu e que eu deveria sair. Depois de falar isso, me deu vários tapas na cara”.

“Meu marido, também levou uns pés-de-ouvido. Meu genro tentou reagir, mas a jagunçada o impediu. Até a minha filha que estava grávida, apanhou. Depois disso quebraram tudo, jogaram todos os móveis para fora. Então tivemos que fugir e esconder no mato até que eles fossem embora. Minha filha e meu marido ficaram ruins de saúde com aquilo. Fomos ameaçados de morte. Meus empregados (dois bóias-frias) também fugiram. Pedi a meu genro que fosse a Londrina e tentasse o internamento dos dois. Então fui falar com o juiz Edívino

Ochener. Ele mandou chamar o delegado e o inspetor. Tiveram suas credenciais cassadas. Seu Edívino pediu que eu abrisse inquérito, mas o delegado acabou abafando o caso mais tarde. E o juiz me disse que aquilo não voltaria acontecer”.

“Então eu fiquei mais calma com a promessa do seu juiz, e fui a Londrina visitar meu marido e minha filha que estavam internados no hospital e comprar mantimentos. Acabei ficando na cidade por mais três dias por causa da chuva que estava caindo na região. Lá no sítio, meus empregados que eu conseguí contratar em Santa Cecília do Pavão, estavam arrancando mandioca no fundo do quintal para se manter. Comida não tinha mais”.

“Ele queria que eu pagasse uma dívida dele no Banco de Cr\$ 18 mil. Não quis pagar nada. Ai ele me ameaçou de morte. Respondi que viver é prejuízo e morrer é lucro. Então me levou presa”.

“Durante a geadá, o IBC abriu uns financiamentos novos. Eu tentei conseguir um para pagar as dívidas que tinha no Banco, já que perante a justiça eu não era dona da propriedade. Sabia que minha situação só ficaria regularizada se tivesse, pelo menos, uma procuração do Cicero. Só que eu não sabia onde ele estava. Mas logo conseguí achar ele. Contei toda a situação. Al Cicero concordou em me arrumar uma procuração. Ele queria que o esperasse no sítio, mas não aceitou a proposta porque ainda andava meio com medo dele. Não queria ser lograda novamente. O delegado, quando soube do acordo entre eu e Cicero ficou furioso. Al ele começou a pensar em me expulsar do sítio. Mas antes ele já tinha me ameaçado”.

“Uma vez ele esteve no sítio quando eu estava em Londrina, para prender os meus dois empregados. O delegado - disse que eu tinha contratado eles para me proteger e não para trabalhar. Ele quis me cobrar o transporte dos empregados para prisão onde foram detidos, mas como não tinha dinheiro, não paguel”.

“Os dois empregados acabaram, como os primeiros, fugindo e me deixando na mão, pois o delegado soltou eles com a condição de irem embora do sítio. Manoel queria que eu ficasse sozinha pois a época da semeadura estava próxima e sem ajuda não poderia cultivar, o que faria com que eu não pudesse pagar as dívidas



*Vestido de algodão
xadrez vermelho e branco,
chinelo de dedo,
camisa de chita branca,
longos cabelos
pretos, encaracolados,
e na mão um lenço branco
enrolando uma nota de
cinco cruzeiros e uma chave.
Assim ela chegou
para reclamar a sua terra.*

no campo. Nessas condições aumentou o número de trabalhadores temporários, ou volantes, mais conhecidos como “boias frias”. A preocupação mais recente com essa categoria de trabalhador agrícola temporário é porque não se limita somente ao campo, ele tornou-se um problema urbano. Suas condições de vida sub-humana aparecem flagrantemente, desde como o trabalhador é requisitado e levado ao trabalho, através de caminhões descobertos sem nenhuma segurança aos salários que não cobrem sequer a sua alimentação, agravado ainda pelo fato de ser seu trabalho periódico. Ao lado destes que já se encontram na cidade, e que numa parte do ano trabalham no campo (especialmente nas colheitas), existem milhares de outros trabalhadores rurais oprimidos. São aqueles que ou já perderam suas terras e hoje trabalham como parceiros e sub-arrendatários, ou que ainda detem um pedaço de terra que mal dá para garantir a sua sobrevivência. Os dois depoimentos publicados pelo BM são dessas categorias de trabalhadores que têm como fato comum a incerteza do seu amanhã.

que havia feito no Banco, e por isso ele poderia me tirar a terra sem muitos problemas”.

“Depois de meu encontro com Cicero, isto foi em Agosto, somente três meses depois é que ele me passou a sua procuração, com a qual eu poderia retirar o financiamento do IBC no Banco. Mas só que para me passar o papel, pedi Cr\$ 10 mil. Aceitei. Já tinha conseguido este dinheiro no Banco. Eu temia ser enganada novamente e por isso peguei a procuração e levei no IBC. Tudo certo. Somente depois disto é que eu conseguí retirar os Cr\$ 42 mil do financiamento, dando os 10 mil pro Cicero. Paguei os juros dos empréstimos e outras despesas ao todo Cr\$ 27 mil, mas estava feliz... a terra era minha”.

Na véspera de ano novo e depois de pagar os empregados que havia conseguido fui a Londrina; na rodoviária, o delegado me barrou exigindo que eu pagasse uma dívida dele de Cr\$ 18 mil senão me mataria, mas recusei e disse a... que viver é prejuízo e morrer é lucro. Então me levou presa”.

“Na cadeia estava desesperada, eles quase não me davam comida, só bebia água. As necessidades tinha que fazer na cela mesmo. Era um mau cheiro insuportável”.

“Manoel sabia que eu havia conseguido retirar o financiamento e por isso é que ele havia me prendido. Comigo presa ele poderia tentar tirar meu dinheiro, tanto é que no primeiro dia que estava detida ele e um soldado falaram que eu eu pagasse a sua dívida, me soltariam, mas eu não aceitei. Então me botaram na pior cela da cadeia. Sem banheiro, sem cama, sem nada.

“Ninguém sabia que eu estava presa. Os meus empregados tinham certeza que eu havia ido a Londrina passar o final de ano com meu marido e minha filha. Já eles não sabiam que eu iria visitá-los. Eu precisava avisar alguém que estava na cadeia, mas Manoel disse que quem fosse falar comigo sem sua autorização ficaria preso por quinze dias. Depois de estar lá dois dias, de madrugada, um sujeito apareceu e me acordou”.

“Eu já tinha visto ele em algum lugar. Entrou na cela alisando o cano de um revólver e me disse que estava ali a mando de Manoel e que era para eu pagar os Cr\$ 18 mil que ele estava pedindo, senão me mataria e me jogaria num rio que tem lá por perto e ninguém ia ficar sabendo de minha morte tão cedo”.

“Eu me esforçava para saber quem era aquele sujeito, até que conseguí. Era um antigo guarda urbano de Londrina que conheci quando fui uma vez visitar minha filha. O Sotomaior Mo-

reira Branco que foi expulso da Guarda Urbana e agora é jagunço de Manoel. Ele tentou me botar medo, mas não aceitou a proposta dele não. Antes de sair me deu vários chutes e me chingou de tudo quanto é nome”.

“Depois de quinze dias de prisão, com minha filha e meu genro me procurando por tudo quanto é lado, pois eles tinham vindo me visitar no final do ano, eu conseguí pedir a um rapaz, que foi levar cigarros pros presos, para telefonar para minha filha em Londrina, através do Dilo que é meu conhecido e dono de uma oficina em São Jerônimo. Três dias depois, minha filha com auxílio de um advogado, conseguiu me libertar. Eu estava fraca, com medo e desesperada. Na cadeia não comia, só bebia água e as necessidades tinha que fazer na cela mesmo. Era um mau cheiro insuportável”.

“Quebraram tudo. Mataram meus porcos, queimaram toda a lenha, e o pior: a minha plantação de arroz tinha sido toda colhida. Não restava mais nada de aproveitável no sítio”.

“Depois de sair da cadeia, nem fui pro sítio pois tinha que me recuperar. Por isso fui para Londrina com minha filha e o advogado. Meu marido tinha piorado de saúde e fiquei com ele uns trinta dias. Já boa de saúde, voltei e fui direto ao Banco falar com o gerente e encontrei com o Manoel. Ele me disse que a terra que eu havia cultivado era de direito sua e que não seria uma ignorante que iria tomá-la dele. Disse que fari de tudo para me por no olho da rua. Falou também que já havia arrumado um advogado que estava tratando da questão e que era para eu desistir enquanto era tempo”.

“Nem respondi pra ele. Sai dali e fui tentar arrumar um advogado que me defendesse, mas todos com quem eu falava, diziam que por causa de um delegado estar envolvido na questão, não iriam me defender. E me indicavam outro colega que me dizia a mesma coisa. Voltei para o sítio. Cheguei lá e não vi ninguém. Falei com os vizinhos e eles me disseram que meus empregados havia sido expulsos pelo delegado e seus jagunços. Depois de mandar meus empregados embora, quebraram tudo. Mataram meus porcos, queimaram toda a lenha, e o pior: a minha plantação de arroz, que era a minha única esperança de pagar as minhas dívidas, tinha sido toda colhida. Não restava mais nada de aproveitável no sítio. Eu não sabia o que fazer. Comecei a chorar que nem louca, mas isso não devolveu todo o meu trabalho. Eu estava arruinada”.

“Eu fugi de noite e deixei tudo que tinha naquela terra”.

“Fiquei no sítio sem saber o que fazer. Aquele dia foi o mais triste de minha vida. Chorei o dia inteiro. À noite quando estava deitada numa cama armada comecei a pensar em tudo o que estava acontecendo. O motivo do delegado de querer me expulsar daquela terra que lutei tanto para conseguir”.

“Quando foi bem de madrugada escutei vários tiros que acertavam a minha casa. Isto era demais para mim. E naquela mesma hora arrumei minha trouxa e fugi. Deixei tudo o que tinha naquela terra. Vim para Londrina e procurei novamente um advogado, pois mais calma resolvi continuar lutando. Não podia parar, por causa das ameaças. A terra era de direito minha. Eu havia comprado, trabalhado e pago por ela. Não poderia perdê-la desse modo. Nos advogados que fui, também me disseram que devido ao delegado estar envolvido não queriam pegar o caso e me indicaram seus colegas que também me falaram a mesma coisa. Até que em Cornélio Procopio, o doutor Hugo Candelot me encaminhou ao secretário de Segurança do Estado. Fui lá falar com ele e voltei com uma carta pra ser entregue ao doutor Hugo. Ele me disse que era uma ordem para investigar as atividades do delegado de São Jerônimo da Serra, mas foi só isso. Não sei o que vai dar, se vou ganhar ou não, mas se for preciso vou até o presidente da República para reaver o meu pedaço de terra”.

A história de Onofre e Etelvina, pode não ter aquele final, que sempre as grandes produções cinematográficas "pintam" para os injustiçados - "depois de sofrerem as injustiças eles foram finalmente recompensados pelos seus sofrimentos e viveram feliz para sempre" - mas, mostra sobretudo a situação em que se encontra a maioria dos trabalhadores rurais no Paraná, "explorados e sem esperanças de que este estado de coisas sofra alguma modificação".

Onofre e Etelvina, representam apenas um quadro entre muitos que aconteceram durante a expulsão de 40 famílias de lavradores da fazenda Santa Isabel, no município paranaense de Terra Roxa, que retratam a veracidade das denúncias formuladas por 130 lavradores daquela propriedade ao coordenador do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Haroldo José Moleta, quando informaram as violências cometidas pelos "patrões e seus jagunços contra as famílias de arrendatários ali residentes".

Naquele 14 de junho, Etelvina, mãe de seis filhos e mulher de Onofre Velino da Silva, não acompanhou o marido à lavoura, para ajudá-lo na colheita dos cereais que ambos haviam plantado nos oito alqueires arrendados há cerca de dois anos da fazenda Santa Isabel, de propriedade de Alfredo Santos Junior. Ela teve um forte motivo para não ajudar Onofre naquele dia, é que desde as primeiras horas da madrugada "vinha sentido fortes dores, sinal de que o Bebê iria nascer".

Mal sabia ela que seu filho viria ao mundo, no mesmo dia em que 150 policiais pertencentes ao Batalhão da Polícia Militar de Cascavel, invadiram a fazenda, para executarem a ordem de despejo das 40 famílias de lavradores que ali se encontravam.

"O Onofre saiu logo cedo e passou na casa do Geraldão e pediu a mulher dele, que viesse ajudar o nene nascer, pois aqui o dinheiro é pouco, e nossos filhos nascem mesmo é com auxílio dos vizinhos, e a caridade de Deus. Ele deixou a nossa casa às 4h30m da manhã, e eu fiquei deitada sentindo as dores e esperando a hora que a criança sairia da minha barriga para fora."

Enquanto a mulher de Onofre esperava a vinda do sétimo filho do casal, as dezenas de famílias que viviam em regime de parceria agrícola há mais de três anos na Santa Isabel, foram surpreendidas com a chegada de policiais fortemente armados em suas casas, e através de invasão ilegal - sem ordem judicial saquearam todas as residências dos lavradores e ao mesmo tempo ordenavam que todos colocassem seus pertences nos caminhões "alugados pelo fazendeiro" para o despejo das dezenas de famílias residentes na Santa Isabel.

Nascendo com a opressão

Enquanto isso, ajudada por Mariana, mulher de Geraldão, Etelvina sofre as dores do parto. Do quarto saem os primeiros gemidos, eram as dores que aumentavam, era a criança lutando para sair do ventre da mãe. Os seis filhos de Etelvina e Onofre que estavam brincando com uma bola de meia do lado de fora do barraco só conhecem a miséria e sabem que mais da metade do que o pai colhe na lavoura é entregue aos donos da fazenda, "mas até aquele dia não tinham tido nenhum contato com os policiais", e nunca imaginariam que este "conhecimento" se daria de forma vio-

lenta. O Nenem ao vir ao mundo já tomara conhecimento da miséria, e da proteção das autoridades aos poderosos.

"Moço eu me lembro, que a comadre puxava o nenem para fora e a dor era terrível, lá fora eu escutava uma gritaria de mulheres e crianças e um ronco que parecia ser o de caminhões, mas achei que estava delirando em razão das dores. Logo depois acho que desmaiei. Quando acordei um menino chorava ao meu lado, era mais um filho de Onofre que havia nascido".

Sabendo dos despejos, Onofre que estava cuidando de sua roça deixou tudo e correu para sua casa. Ali chegando escutou uma gritaria e viu muitos policiais armados defronte a sua residência. "Parecia até um filme que assisti em Terra Roxa, onde policiais cercaram uma casa para prender um perigoso assaltante, que havia roubado um Banco e assassinado seis pessoas". Mas o lavrador não era assaltante e nem assassino e os policiais estão em sua residência. Assustado e revoltado Onofre foi falar com os policiais, quando foi informado que "o fazendeiro havia obtido ordem para despejar os e que eles - policiais estavam apenas executando ordens "emanadas da justiça".

O choro

Chegando em sua casa a desordem era total, lá estavam dois policiais que rindo e amedrontando as crianças continuavam jogando suas coisas para fora de casa. Foi nessa situação que Onofre veio a saber que seu filho havia nascido, ouvindo um choro forte, "até parecia que o moleque sabia o que estava acontecendo". Correu para o quarto e foi seguro pelos policiais que o impediram de conversar com sua mulher pois "deveria ficar do lado de fora e que seriam bonzinhos" deixando "eu ficar ali por aquela noite". Burlando a vigilância policial Onofre conseguiu fugir (durante a noite) e dirigiu-se a Terra Roxa onde denunciou os fatos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade. Quando os soldados deram por sua falta ordenaram que sua mulher e seus filhos fossem imediatamente expulsos da fazenda, "pois eles não queriam que ninguém tomasse conhecimento do despejo, antes que nós fossemos expulsos. Eles pareciam enfurecidos, nos jogaram de qualquer jeito em cima do caminhão, não respeitando nem ao menos meu estado, declarou Etelvina. O menino chorava, as outras crianças olhavam assustadas. E em cima de um

caminhão vigiados por dois policiais armados de fuzil deixamos a fazenda Santa Isabel, sem saber para onde nos levavam".

Etelvina conta ainda que o caminhão dirigiu-se até a divisa de Terra Roxa com o município de Marechal Cândido Rondon, e ali sem maiores explicações nos deixaram e foram avisando de que se tentássemos voltar para Terra Roxa os para a fazenda seríamos presos. Ela foi deixada com os filhos à beira de um caminho sem saber para onde ir e como alimentar os filhos. "Nem o leite saía do peito". Ficou ali durante duas horas "até que consegui uma carona numa camioneta e fui para Terra Roxa onde procurei o Sindicato e soube que o Onofre estava na prefeitura com outros lavradores, denunciando o despejo ao prefeito José (José Teixeira Filho). Fui até a prefeitura, onde recebi alguns remédios e meus filhos foram alimentados e a pedido de um funcionário da prefeitura, um médico foi chamado para examinar-me, pois eu estava muito fraca".

Hoje, Onofre, Etelvina e seus 7 filhos, possivelmente encontram-se em uma outra propriedade agrícola da região. E munidos da mesma esperança com que arrendaram uma pequena parte daquele latifúndio chamado "Fazenda Santa Isabel", continuam semeando a terra na ilusão de que um dia "a gente consiga um pedaço de terra". Eles, talvez acostumados às violências dos patrões, não esmorecem, continuam a procura de um canto "só nosso", onde possam criar seus filhos, com a produção que tiram da terra, sem ter que dar a maior parte para os patrões que quando vêem que a terra proporciona uma boa safra "vão logo mandando a gente embora".

"Tenho dinheiro pra comprar qualquer autoridade" - o patrão

A mulher de Geraldão, que assistiu ao nascimento do filho de Onofre conta, que no dia 28 de janeiro deste ano, 130 Subarrendatários da Santa Isabel denunciaram ao INCRA as injustiças que há tempos vinham ocorrendo na propriedade.

Os homens resolveram denunciar ao doutor do Incra as safadezas cometidas pelo fazendeiro, depois que este na tentativa de expulsá-los havia contratado um jagunço conhecido por "Tonhão" para queimar seus ranchos com a intenção de amedrontá-los.

O Documento

No documento os lavradores afirmavam que "Desde de 1971



foram contratados como subarrendatários para a derrubada e plantio, por contrato que variam de 3 anos com direito a prorrogação do mesmo. Eles afirmaram na ocasião que depois que os fazendeiros tiveram a totalidade de suas terras derrubadas, estavam despejando, com o auxílio dos jagunços e muitas vezes com o auxílio da Polícia de Terra Roxa os arrendatários que ficavam sem ter onde ir. Além disso denunciaram que muitos depois de maltratados e amedrontados foram obrigados a deixar suas lavouras e perderam tudo que tinham plantado.

A denúncia de maior gravidade é de que quando os trabalhadores reclamavam da situação, o patrão alegava que "para nós não existe lei somos parentes afim do governador Jayme Canet Jr. e além do mais temos dinheiro pra comprar qualquer autoridade".

Mesmo as denúncias dos trabalhadores não foram suficientes para evitar que dezenas de famílias fossem despejadas da Santa Isabel.

Na época falou-se inclusive que o Delegado Regional do Trabalho do Paraná, Gen. Adalberto Massa, teria determinado que o fazendeiro, Alfredo Santos Jr., indenizasse os trabalhadores despejados. Até hoje não se tem notícia de que eles tenham sido indenizados. Muitos continuam na região, trabalhando - quando existe serviço - como bóias - frias nas fazendas ali situadas.

Além da situação em Terra Roxa, existem outros casos de despejos ou abusos contra milhares de famílias de trabalhadores rurais em outros municípios do Estado, entre os quais Terra Rica (350 famílias), Engenheiro Beltrão (32 famílias), Guaira (50 famílias), Assis Chateaubriand, São Pedro, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, e Matelândia, neste último 500 famílias segundo denúncias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, estariam vivendo em regime de semi-escravidão, na fazenda "Padroeira do Brasil".

Mulheres trabalhando sem registro, sem creche. Agora também à noite?

O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, pronunciou-se recentemente sobre as intenções do governo em abrir novos canais de utilização da mão de obra feminina, e destacou sua preocupação com a extensão do trabalho noturno à mulher, hoje proibido. Para tanto, seriam necessárias modificações na Consolidação das Leis do Trabalho. As propostas de uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho, em convênio com SENAI e SENAC serão estudadas pelo ministro, que ainda deverá se pronunciar este mês sobre o assunto.



A taxa de participação da força de trabalho vem decrescendo acentuadamente nos últimos cinco anos em São Paulo, segundo dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Existem alternativas de trabalho para elementos especializados e não especializados. Parte deste último contingente é aproveitada pela maioria das indústrias da Grande São Paulo, que não tem necessidade de conhecimento prévio para aplicação desse contingente em seu trabalho, mas de rápido treinamento.

Mesmo assim, o excedente de toda mão de obra sofre critérios de seleção por parte dos empregadores. A discriminação entre sexo, idade, e capacidade de produção concorrem, junto ao interesse econômico, para a crescente parcialidade na escolha de homens, mulheres e crianças para o trabalho. É o que ocorre, por exemplo, com a escolha de mulheres e crianças com menor remuneração, para realizar o mesmo trabalho de homens.

Mesmo com relação às taxas de desemprego, a masculina é maior que a feminina, mas isso não quer dizer que as mulheres sofrem menos os reflexos do desemprego que os homens. É preciso lembrar que o índice de mulheres que trabalham fora de casa é pequeno, entretanto, mulheres que não trabalham nem estudam não são classificadas de desocupadas, já que se encarregam das tarefas domésticas.

As mulheres que participam ativamente do mercado de trabalho estão entre 20 e 40 anos, e essa participação decresce à medida em que a idade vai aumentando.

Maria do Socorro Delgado, 28 anos, limpa todos os dias treze andares da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo. Seu horário de trabalho vai das 13 às 22 horas, com salário mínimo e sem pagamento de extras. "Morar em Ferraz de Vasconcelos, separei do marido e sustento dois filhos. A gente passa apurado, que é que vai fazer? Ainda pago 200 cruzeiros de aluguel, onde moro não tem luz nem água, é o maior sacrifício, mas a gente vai vivendo".

A partir dos 30 anos a mulher já passa a um plano de mão de obra passível de substituição, criando-se assim dentro do mercado a condição desfavorável de rotatividade de produção, em que muitos elementos são dispensados quando ainda se encontram em pleno vigor físico e mental. Em todos os casos, tanto na mão de obra feminina como masculina, são poucos os trabalhadores que chegam a completar o prazo necessário para recebimento de pensões, que nem sempre são suficientes à sobrevivência.

A carteira de trabalho como prova de registro é outro obstáculo para a condição regular do trabalhador, pois à medida em que as faixas etárias sobem, diminui o índice de trabalho devidamente registrado. Sob esse aspecto a mão de obra feminina sofre maior discriminação, pois o

maior contingente de assalariadas registradas está na faixa de 20 a 24 anos. Assim é que, em outras faixas etárias, encontra-se grande número de mulheres que exerce atividades domésticas, e mesmo aquelas que recebem serviços de indústrias e firmas para fazer em casa.

Trabalhando dentro de casa, nos bordados, ou pregando botões num lote de blusas vindo de uma fábrica, Emilia Cicolin, 46 anos conta que já costurou com sua irmã, durante cinco anos. "Depois de algum tempo, quando meus filhos casaram, voltei a costurar pra ganhar algum dinheiro. Meu marido é aposentado, e o dinheiro não dá. Eu gosto mais de trabalhar aqui em casa. Registro? Não tenho, nunca pensei nisso, só quero continuar trabalhando até quando o corpo não der mais..."

A mão de obra feminina pode ser melhor aproveitada, no sentido de utilizar o contingente que excede às necessidades do mercado, e para evitar prejuízos à produção nacional. Recentemente, o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, explicou as intenções do governo em abrir novos canais de utilização da mão de obra feminina, em função de uma resolução internacional, que proíbe o trabalho da mulher no período noturno.

Da mesma forma, o ministro, ao sugerir cursos profissionalizantes para mulheres, através da pesquisa recebida, sente que os obstáculos a serem superados, principalmente quanto às condições de toda a capacidade de mão de

obra feminina, não são poucos. Entre eles está a necessidade de preparar o campo para que o empresariado nacional receba esse contingente, sem impor maiores barreiras à competição profissional que já existe.

MULHERES TRABALHANDO SEM REGISTRO, SEM CRECHE.

Para tanto, haverá a necessidade de mudanças e alterações na CLT, principalmente nos artigos que dispõem sobre o trabalho da mulher. Aliás, essa é uma das sugestões feitas pelo estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho em convênio com SENAI e SENAC. O levantamento foi entregue a Prieto em setembro e nele estão contidos os comentários relativos ao trabalho da mulher, que acaba sendo inferiormente remunerada por ter seus limites localizados na própria legislação que o rege, prejudicando, até mesmo, o tempo de permanência da mulher no mercado de trabalho. Tal limitação, gerando a depreciação da mão de obra feminina no mercado, provoca o desestímulo ao trabalho, bem como a inflação pelo excedente profissional.

Para abrir o trabalho noturno à mulher seria necessária uma reformulação na CLT. Se há uma preocupação governamental nesse sentido, seria de se esperar que a legislação in-

cluisse fiscalização quanto ao problema de creches - o empregador é obrigado a manter creches sob condição da existência de um mínimo de 30 mulheres a seu serviço - que assegurasse salário igual ao trabalho igual, que estabelecesse uma porcentagem equilibrada entre o trabalho de homens e mulheres a serem empregados. Enfim, uma legislação que se preocupasse em garantir efetivamente a proteção ao trabalho da mulher. Porque estabelecer permissão ao trabalho noturno da mulher nas atuais condições é fazer com que ela se submeta a um trabalho com salário menor ao do homem, que não se dispõe mais a um serviço por não lhe oferecer compensações.

No mês de Julho, o ministro da Previdência, Nascimento e Silva, havia manifestado seu apoio ao cumprimento de meia jornada de trabalho para mães de crianças na primeira infância. Na ocasião, o apoio formalizou-se juntamente com a diretoria da Associação de Mulheres Profissionais e de Negócios, com filiação mais de 66 países. O ministro também mostrou-se favorável à implantação de creches para pessoas de menor poder aquisitivo. Segundo a Delegacia Regional do Trabalho, as propostas recebidas pelo ministro do Trabalho, importando na modificação de alguns aspectos da CLT, serão objeto de estudos e este mês Prieto deverá se pronunciar definitivamente a respeito.

COM QUEM FICAM NOSSOS FILHOS QUANDO A GENTE SAI PRÁ TRABALHAR?

As mulheres trabalhadoras vêm reivindicando, há algum tempo, a necessidade de mais creches nas grandes cidades brasileiras. O problema é antigo, mas requer agora solução urgente, uma vez que está aumentando o número de mulheres que são obrigadas a enfrentar a luta em busca do pão de cada dia, integrando-se nos meios de produção, ou seja, nas empresas ou no campo, contribuindo para o aumento das riquezas do país.

Essa é a conclusão a que chegaram os diversos movimentos de comunidade reunidos em São Paulo, desde o ano passado. Entre eles destacam-se: o "Primeiro Encontro de Comunidade para Debater Problemas do Povo de São Paulo" (março/75); o "Movimento de Creche da USP" (segundo semestre/75); a "Assembleia sobre o Custo de Vida" (junho/76); e o "Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista" (outubro/75), promovido pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que atualmente propõe um programa de ação sobre as necessidades de creches. O Centro está instalado na Rua 24 de Maio, 208, 14º andar.

TOMAR CONTA DA CASA OU TRABALHAR FORA: VOCÊ PODE ESCOLHER?

O poder de compra do trabalhador caiu muito nos últimos dez anos. A situação familiar só não está pior porque a mulher e os filhos passaram a trabalhar para ajudar nas despesas. Assim, por exemplo: em 1958, na maioria das famílias de mais ou menos cinco pessoas, somente uma trabalhava, enquanto que em 1969, duas pessoas passaram a garantir o sustento da casa, segundo estudo realizado pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socio-Econômico ("Família-Assalariada: Padrão e Custo de Vida" - janeiro/74).

O depoimento da operária-tecelã, Olga Postigo, de mais ou menos 45 anos, coloca um problema dramático para a mulher trabalhadora das grandes cidades, esclarecendo a situação: "Como toda operária, trabalho oito horas por dia para ajudar nos gastos. Oito horas é modo de dizer, porque a gente ainda fica duas horas por dia pendurada no ônibus e quando chega ainda gasto de 4 a 5 horas para arrumar a casa, lavar a roupa, preparar a comida e tome 15 horas de trabalho por dia! Sem falar que domingos, feriados e férias para a mulher não existe. Mas tem uma coisa que nem a gente se matando dá para resolver: com quem ficam nossos filhos quando a gente sai prá trabalhar?"

"TRANCO ELES EM CASA"

Para que se pudesse conhecer melhor o problema das creches, foram entrevistadas mulheres de várias profissões e em diferentes zonas da cidade de São Paulo.

"Eu tranco meus quatro filhos em casa. Tem

dois pequenos de 2 a 3 anos; depois tem um de 5, mas é o de oito que toma conta deles; dá a comida que eu deixo pronta em cima do fogão. Mas saindo preocupada do jeito que eu saio, não vejo a hora de dar meio dia para voltar prá casa prá ver se não aconteceu nada. Eu preciso trabalhar o dia todo fora, mas não dá. Assim trabalho de faxineira só de manhã. Olha, já desacomodei de procurar vaga em creche e em parque. Você encontra vaga prá um, num lugar e prá outro, tem que tomar condução. E sobra o resto sem ter onde por. É de ficar louca, moça". - Alzira Ferreira, residente em Vila Prudente.

"UM POUCO DO SALÁRIO PRÁ VIZINHA"

Já dona Bernadete Santos, moradora em Sapopema, encontrou outra solução que lhe dá maior segurança: "Pago Cr\$ 200,00 prá dona Geralda daqui da vila tomar conta. Ela já é avó e toma conta de mais 5 crianças de outras vizinhas. Quase não vale a pena, porque eu ganho Cr\$ 700,00 prá trabalhar de cozinheira num restaurante. Afinal, o que sobra mal dá prá cooperar. Eu pego às oito horas no serviço, e o mês passado, lá na creche de Vila Alpina, parecia que ia ter uma vaga prá minha filha de quase um ano. Mas eu ia ter de acordar às cinco e meia, aprontar a coltada da bichinha, pegar uma condução ida e volta, os ônibus daquele jeito, só prá deixar lá. Depois pegar mais uma condução para ir pro emprego. Ao todo, são seis conduções por dia, dá mais de Cr\$ 200,00 por mês. Sobra Cr\$ 300,00 do meu salário. Quer dizer, não tem vaga na creche perto do serviço e aqui na vila não tem nenhuma".

A LEI ESTÁ AÍ PARA PROTEGER "ALGUMAS" MULHERES

Todo estabelecimento em que trabalham pelo menos 30 mulheres é obrigado a manter um "BERÇÁRIO" para os filhos das empregadas, até seis meses após o parto. Ou então estabelecer convênios com "CRECHES DISTRITAIS" mantidas por entidades públicas, particulares (entidades religiosas ou assistenciais), pelo SESC, SESC e LBA ou entidades sindicais. Isso é o que afirma o artigo 389, da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho -, que protege os direitos do trabalhador.

Recentemente, o Ministério do Trabalho criou um grupo de estudo para reformular a legislação que regulamenta o Trabalho da Mulher. Entre as



propostas encaminhadas, há o estudo "A Formação Profissional da Mulher Trabalhadora no Brasil", que destaca a necessidade de eliminar a obrigatoriedade de berçários nas empresas com mais de trinta empregados (artigo 389 da C.L.T. - Consolidação das Leis do Trabalho). Segundo ele, esta obrigatoriedade é um dos fatores que levam os empresários a não quererem admitir mulheres em seus estabelecimentos. Este estudo foi realizado pelo Ministério do Trabalho, SESC e SENAC, atendendo ao pedido da Organização Internacional do Trabalho.

"Nunca ouvi falar desta lei. Só sei que aqui nesta fábrica, nem ia precisar de 'berçário', porque só trabalha mulheres solteiras. Quando alguém casa, já sabe, recebe o aviso e logo depois tá no olho da rua. Uma colega minha que casou e foi demitida, entrou na Justiça do Trabalho onde ficou sabendo que tem uma Lei (artigo 391 da CLT) que proíbe uma maldade dessa", - operária de uma indústria de produtos alimentícios de São Paulo.

Por outro lado, a Indústria Karibê S/A tem mais ou menos três mil empregados, cumpre a lei e possui "berçário". Porém, não resolve o problema da operária entrevistada: "O berçário daqui fica quase sempre vazio. É o tal negócio, eu moro longe, em São Miguel Paulista, acordo muito cedo e tenho que pegar duas conduções. Tem muitas colegas que reclamam disso. Meu nenê nasceu no fim de abril. Quer dizer que em Junho/Julho já fazia aquele frio que não tinha roupa que chegasse. Os ônibus estão sempre cheios, que mesmo se alguém der um lugar, a gente se machuca toda quando vai descer no ponto. Imagina que perigo para um recém-nascido. Agora quem tá tomando conta dele é o meu marido que está desempregado já tem um tempo".

"É O FIM DA PICADA O QUE FAZEM COM A GENTE"

"Me faz um favor. Eu falo mas não escrevo meu nome nem o daqui da fábrica. Eu vou te dizer porque: essa firma tem convênio com uma creche, mas eu sou a única que vai lá. Quer dizer que eles vão ficar sabendo quem foi que falou pro jornal e eu posso perder o emprego. É o fim da picada o que fazem com a gente! Eu sei desta Lei e, por isso fui ao departamento do pessoal perguntar como é que era prá mim fazer. Me deram o endereço da creche. Quase cai dura, ficava trinta minutos de ônibus daqui. Eles pediram prá mim não espalhar porque só tinham alguns berços da fábrica. Se eu ficasse quieta, meu filho ia poder ficar até depois dos seis meses de idade, até entrar no maternal que é lá mesmo. Só que eu ia ter que pagar. Eu tenho muita necessidade, porque meu marido é doente da cabeça, vive internado, e eu não posso dispensar este emprego".

Diante desta situação, é interessante lembrar o que pensa a professora Eva Blay, da Universidade de São Paulo, referindo-se a realidade de 1970: "Em cada dez mulheres que trabalham, uma está empregada na indústria (setor secundário), duas na agricultura (setor primário) e sete no setor terciário que inclui as professoras, empregadas domésticas, pessoal de escritório, etc." Percebe-se então que a minoria das mulheres que trabalham nas grandes cidades está empregada nas indústrias. E que, portanto, a maior parte - empregadas domésticas, balconistas de lojas pequenas, etc. - não tem direito ao berçário para seus filhos de até seis meses de idade. De qualquer forma, depois deste período, todas estas mães entram na luta em busca de vagas nas creches, mal distribuídas pela cidade. Quanto pagam? O que fazem as mulheres, quando há falta de vagas? Não se sabe ao certo. As informações oficiais são poucas e antigas.

Dar a luz sem cuidados: risco desnecessário

As estatísticas de morte materna e neo natal de nossos Estados são maiores do que as de muitos países da América Latina. No Brasil, mães e recém nascidos morrem de doenças inteiramente evitáveis, através do pré natal. Mas são muito poucas as mulheres que tem condições de fazer um bom pré natal. Por isso, em São Paulo no ano de 1968, 35,4% de crianças em mil morriam por problemas de parto, falta de oxigênio ou indicação desnecessária de cesariana.



No Brasil, são bem poucas as mulheres que tem condições de fazer um bom pré-natal. Nós não temos estatísticas que mostrem o quadro no país, mas, segundo estudos do Centro Brasileiro de Desenvolvimento da Mulher - setor São Paulo, são poucas as mulheres que podem consultar 11 vezes durante a gravidez - número indicado pela ONU para países subdesenvolvidos - diagnosticar e tratar suas doenças e receber orientação quanto ao filho que vai nascer.

São tão poucos que as estatísticas, em São Paulo, mostram o quadro alarmante da mortalidade materna e neo natal: as mães morrem de doenças perfeitamente evitáveis, e as crianças até sete dias morrem de doenças infecciosas e do aparelho respiratório, além de afecções da própria mãe.

As estatísticas de morte materna e neo natal de nossos estados são maiores do que as de muitos países da América Latina.

O Centro Brasileiro de Desenvolvimento da Mulher - setor SP - fez uma pesquisa sobre o pré natal, que pode salvar vidas de mães e filhos, e evitar riscos maiores que os trazidos pela própria gestação. E mostra também os números dessas mortes.

As condições para um parto normal

Uma mulher só pode ter um parto normal se estiver bem nutrida, se não teve paralisia infantil e infecções repetidas. Antes de conceber, seu estado geral deve ser avaliado para que se saiba se ela não é predisposta a diabetes, problemas do coração, se não tem toxoplasmose (infecções sanguíneas) que causará má formação - sífilis, infecções urinárias repetidas.

Os fatores relacionados ao meio ambiente influirão na gestação: falta de proteção à saúde, previdência, saneamento básico, distribuição de renda, e a escolaridade da mãe, que está diretamente ligada à mortalidade infantil. Porque se ela não tem condições de se informar, fatalmente seu filho será prejudicado, será mal alimentado, ficará doente e, na maioria das vezes, morrerá por falta de assistência.

Durante a gestação os agravos da saúde assumem repercussões grandes, atuando sobre o feto. No primeiro mês é preciso verificar as condições da gestante. A data da primeira consulta é importantíssima, e as pesquisas do Centro demonstram que, em geral, nas classes de baixa renda, ela não é feita.

No primeiro mês, se a mulher tiver rubéola, a possibilidade de má-formação do feto é de 100%. Se tiver sífilis nos três primeiros meses, diagnosticada e tratada, nada acontecerá ao feto, porque o agente da sífilis não atravessa a placenta nesse período.

Porém, tanto a rubéola como a sífilis podem ser evitadas com vacina e diagnóstico antes da gravidez.

Medicamentos dados erroneamente neste período repercutem na formação do feto, e tentativas de aborto com uso de drogas podem causar má-formações. Já nessa época, ao lado da orientação, são necessários exames de sangue e urina, evitando complicações futuras. Bactérias na urina, que não causam sintomas, podem ter evolução trágica, e são perfeitamente preveníveis com diagnóstico.

Ainda no primeiro trimestre deve ser iniciada a orientação de peso, cujo aumento normalmente é gradativo, além da verificação de pressão, enfermagem, avaliação do estado geral. No primeiro trimestre devem ser feitas duas consultas.

Do terceiro ao sexto mês, devem ser tratados os problemas do coração, diabetes e hemorragias. São necessárias 3 consultas. No terceiro trimestre devem ser feitas 5 consultas, e na dieta uma, totalizando 11. Entretanto, recente pesquisa do Centro verificou que apenas as mulheres com atendimento particular se aproximam desse número: chegam a fazer sete consultas.

O mínimo de consultas não é alcançado

Essa pesquisa, realizada em 1975, verificou que 77% das gestantes não atingem o número mínimo de consultas: 20% delas não realizaram nenhuma consulta, considerando-se o total das pacientes sem distinção de filiação previdenciária, e 42% realizaram menos de 3 consultas, o que não pode ser considerado um pré natal. Uma consulta apenas é aquela da oportunidade em que se obtém a guia de Internação.

Cerca de 20% das parturientes de São Paulo não tem direito a nenhuma assistência previdenciária; 23% das que têm direito a INPS fizeram mais de 7 consultas assim como 63% das particulares; 75% das que não têm direito previdenciário obtiveram o máximo de 3 consultas.

Apenas 39% iniciaram o pré-natal nos três primeiros meses, enquanto 29% não o fizeram, ou começaram nos últimos 3 meses (sempre considerando-se o total da população) quando praticamente não é mais possível prevenir vícios ou patologias próprias da gestação, e quando serão irreversíveis os danos ao recém-nascido, provenientes de doenças durante a gravidez. E finalmente 7% das mulheres não tinham condições de informar se haviam ou não feito pré-natal. Um bom pré-natal é aquele que pode reduzir ao mínimo o risco que correm mãe e feto, e garantir que a criança nasça em condições perfeitas, que a

mãe possa ter outros filhos, amamentá-los, orientar e dar nutrição adequada. Esse pré-natal deve informar dados sobre o período que a mulher deve esperar para conceber outro filho, e como ela poderá agir em relação a anticoncepção.

Os riscos de várias enfermidades aumentam com a paridade crescente: doenças do coração, diabetes, pressão alta, pré-eclâmpsia, anemia pré-natal, hemorragia pós parto. Portanto, o objetivo do pré natal é reduzir ao mínimo a mortalidade materna, diagnosticar as doenças que possam incidir na gravidez, reduzir a morte de fetos dentro do útero, assegurar condições de nascimento dessas crianças, impedindo a mortalidade nos primeiros dias de vida e garantir, através de orientação, que a criança no primeiro ano de vida, tenha programa de vacinação e higiene adequado.

As causas da morte

As principais causas de mortalidade materna são eclâmpsia (pressão alta, inchaço, albumina na urina, convulsões); hemorragias pós parto, e infecções, no período da dieta. Todas essas doenças podem ser prevenidas durante o pré-natal, e acompanhamento após o parto.

É importante notar que as causas da mortalidade materna podem ser evitadas, simplesmente com o pré natal. E saber que, por exemplo o preço de um tratamento de eclâmpsia equivale a 100 tratamentos de pré natal, com equipe completa de saúde: enfermeira, nutricionista, atendente, assistente social, estatística.

Em São Paulo, uma mulher morre de parto para cada mil nascidos vivos. A taxa de Maceió, em 1965 era de 12,9 por mil, a mais alta do país, enquanto Teresina apresentava 7,1. Já o Chile tem taxa de 2,9; Uruguai, 0,8 e El Salvador 0,9.

Em 1950 em SP a mortalidade neonatal tinha coeficiente de 29,5 mortos em mil crianças. Em 1968 aumentou para 35,4. Em 1950, 29,5% das crianças mortas até um ano morriam no período de menos de 28 dias, por problemas de parto, falta de oxigênio ou indicação desnecessária de cesariana. Essa porcentagem aumentou em 68 para 35,4%, e comparando-se com Argentina, o coeficiente é de 23,4% em 67. Entre as causas de mortalidade temos as perinatais (mortes até 7 dias) seguindo-se doenças infecciosas e do aparelho respiratório. As doenças congênitas, ao contrário dos países desenvolvidos, tem participação reduzidíssima: apenas 5,7%. Em São Paulo, aproximadamente em 24% dos casos de crianças que morrem nesse período, verificou-se que as mães não tinham recebido assistência pré natal e cerca de 40% tiveram 4 ou mais consultas.

Resultados do primeiro ano da "Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância em SP" junho de 68 a maio de 69. Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP - Autores Rui Laurenti e Arnaldo Siqueira.

1 - A mortalidade neo natal na cidade de São Paulo é alta e responsável por metade dos óbitos infantis analisados

2 - é das mais altas dentre as áreas onde se realizou a investigação

3 - é mais alta que as observadas em muitas áreas de desenvolvimento igual ou menor que SP

4 - poderia ser diminuída com a melhoria da assistência pré-natal

5 - as causas até 7 dias são as principais causas da morte no período

até 28 dias: 55,3%, e uma proporção apreciável delas são evitáveis pela melhoria de assistência

pré-natal ao parto e ao recém nascido

6 - o segundo grupo de causas, 22,1% são doenças infecciosas, todas evitáveis.

Entre as infecções sobressaem a diarreicas, no mínimo um terço adquiridas em hospitais.

7 - a mortalidade neo-natal poderia ser reduzida de 17% se fossem prevenidas as doenças diarreicas

8 - as broncopneumonias correspondem à terceira causa de morte neo

natal: 11,8%, seguida de mal formações congênitas, 5,1%. O tétano corresponde a 2,8%

das doenças infecciosas e a sífilis a 2,8%, quando poderia ser evitada se a gestante fosse vacinada do sexto, sétimo ou oitavo mês.

Para evitar maiores riscos

A determinação de um grupo de mulheres com risco gravídico é uma crítica direta a necessidade de pré-natal, que pode estar com insuficiência de qualidade. A existência de risco-mulheres que tem outras doenças, não diagnosticadas, não tratadas a tempo - implica em sobrecarregar a necessidade de leitos hospitalares, com gestantes doentes que não vão ter partos normais.

Existe uma série de fatores que influem no risco: se as gestações anteriores da mulher foram problemáticas, ela não deve esperar um parto bom, nem desprezar o pré natal; deve levar em conta se na família houve casos de risco.

Segundo Ciro Seari, no trabalho Avaliação qualitativa do pré natal (Revista de Saúde Pública) "se determinássemos os riscos gravídicos, impediríamos, como acontece atualmente em SP a entrada em serviços de urgência de 63% das mulheres parturientes.". O que se conclui é que a solução não é aumentar leitos hospitalares, nem ambulatórios de alto risco, mas aumentar a disponibilidade de ambulatórios que tenham capacidade de atender a todas as gestantes em seu pré natal.

A avaliação do risco não se destina a criar serviços especiais de saúde materna mas identificar os fatores que determinam as prioridades, para estabelecer atividades programadas, que impeçam o grupo gestante de atingir um risco maior do que o já determinado pela gestação.

Após a pesquisa, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor SP propõe garantias ao exercício da profissão da mulher, antes durante e após a gravidez, e que seja efetivo o cumprimento da legislação que lhe permita continuar a amamentação natural após o retorno ao trabalho. Devem se efetivar condições para a assistência ao desenvolvimento orientado do filho, o que só poderá ocorrer através da criação de creches, próximas ao local de trabalho.

Propõe que a parturiente tenha acesso a assistência médica, independente de sua situação sócio econômica ou filiação previdenciária que se criem condições e se aproveitem as já existentes para um programa de atendimento em massa, no período pré natal, e se diminua o tempo gasto pelas gestantes, percorrendo várias maternidades em busca de uma possibilidade de internação.

**“QUANDO O VELHO GETÚLIO CHEGOU AO CATETE EU JÁ ESTAVA NA JANELA DANDO TCHAUZINHO PRO POVO”
(IVETE VARGAS)**

A participação da mulher na política em nosso país tem sofrido transformações nos últimos 50 anos, acompanhando o processo de modificação da sociedade brasileira e, dentro dele, a própria penetração das mulheres em áreas antes reservadas exclusivamente aos homens. Com a industrialização a mulher passa a ser solicitada pelo próprio mercado de trabalho, como força de reserva; embora isso signifique uma forma de discriminação de salário e de opção profissional, conduz a uma maior conscientização dos problemas sociais comuns à mulheres e homens. Em consequência, aumenta sua participação política, seja, votando, se candidatando ou, integrando associações em defesas de seus interesses.

No Brasil, após os movimentos pelo direito ao voto da mulher, liderados por Bertha Lutz, duas mulheres foram eleitas deputadas: Carlota Pereira de Queiroz que, segundo a profª Heleieth Saffioti (in A Mulher na Sociedade de Classes) “imprimiu à sua luta em defesa da situação da mulher um cunho marcadamente conservantista, característico dos paulistas de 400 anos”; e Bertha Lutz, cuja atuação, “revela uma identificação com os ideais dos extratos sociais médios no que tange a ascensão social”. Procurando “memórias” sobre a participação política da mulher e as formas dessa atuação, entrevistamos uma antiga deputada e presidente do PTB-SP (extinto Partido Trabalhista Brasileiro) e uma mulher que participou ativamente da Federação de Mulheres do Brasil.

DEP. CANDIDA IVETE VARGAS

“Eu era a prima mais velha de uma geração de Vargas, quando eu nasci, em 1927, é chato confessar a idade mas, o tempo passa mesmo, meu tio Getúlio Vargas era o governador do Rio Grande do Sul. Eu já nasci numa família que tinha várias gerações de políticos. Em 30 meu tio foi o chefe de uma revolução liberal e, à frente das tropas ele chegou ao Rio de Janeiro e tomou conta do poder. Nessa época eu tinha três anos, e lembro-me que fui esperá-lo na estação, onde me perdi, tendo sido levada para o palácio por um investigador. Então quando o velho Getúlio chegou ao Catete eu já estava na janela dando tchauzinho pro povo. Este foi meu primeiro contato com a política. Na adolescência as meninas de minha idade normalmente iam à praia, ao cinema, na confeitaria, eu, ia com meu avô ao Instituto Nacional de Ciência Política, aos sábados à tarde, onde sempre havia reuniões com conferências. Um belo dia meu avô foi convidado à ir a um bairro do Rio de Janeiro chamado São Cristóvão, lá se fazia um comício. Eu nunca tinha visto o povo reunido na praça pública e achei muito interessante aquele contato, aí nós passamos a frequentar também. Assim, embora muito menina, trazia por herança, por vivência uma vocação política. Eu fui a deputada mais moça em toda a história republicana, tinha 22 anos. Em 1950 eu fui surpreendida com o convite, de 7 Estados, para disputar as eleições. Cheguei a conclusão que São Paulo me fascinava por ser o Estado líder da federação, além, de representar uma volta às origens, porque nós descendíamos de bandeirantes paulistas. Fui a 2ª mais votada do meu partido. Me reelei em 54, 58 e 62, nas eleições de 58 fui eleita presidente do PTB-SP, numa demonstração de que os homens do PTB não tinham nenhum recalcado de inferioridade.

NOSSO COMPROMISSO COM VARGAS

Em 1945, mais ou menos, surgira sob a égide do governo o Partido Social Democrático, que aglutinava todas as estruturas que tinham tomado parte no período de exceção. Todas as estruturas que se antepunham à exceção, desaguarão na UDN - União Democrática Nacional. Neste quadro surgiu o Partido Trabalhista Brasileiro, que não era de participantes da estrutura administrativa da ditadura, mas, era gente que via em Vargas o seu líder. Enquanto a UDN e o PSD, muito semelhantes entre si, praticamente sem ideologia, o PTB não tinha compromisso com a ditadura nem com o passado de Getúlio Vargas. Ele tinha compromisso com os ideais de 30, com tudo aquilo que se tinha feito de 30 à 45 no sentido da emancipação econômica do Brasil, e de imediato havia que lutar para conceder direitos aos trabalhadores espoliados. Nosso compromisso com Vargas era com o Vargas que tinha feito com que a questão social deixasse de ser uma questão de polí-

“A MULHER -CIDADÃ ACIMA DE QUALQUER SUSPEITA”



**“SE AS MULHERES BRASILEIRAS SE ORGANIZASSEM PODERIAM TAMBÉM OBTER O DIREITO DE VOTO, ENTRAR PARA O SERVIÇO PÚBLICO, TER ACESSO ÀS UNIVERSIDADES ETC...”
(BERTHA LUTZ)**

cia. As greves dos trabalhadores, as reuniões dos trabalhadores em torno de suas justas reivindicações fossem dissolvidas a pata de cavalos. Ele garantira em lei: salário mínimo, proteção ao trabalho da mulher e do menor, aposentadoria, enfim direitos básicos, que eram importantes mas, que fizeram dele, exatamente, pro povo brasileiro e para os trabalhadores, um líder paternal, porque eles receberam sem luta aquilo que eles não tiveram a consciência que efetivamente queriam. Então eles ficaram gratos ao velho Getúlio. O PTB surgiu, pretendendo levar aquelas grandes camadas, uma politização e uma conscientização de realidade, e se transformar num instrumento político dessa gente. Prá nós trabalhador era o mais humilde, o mais anônimo trabalhador rural, trabalhador urbano, mas, era também o trabalhador de colarinho, o homem assalariado que trabalha no escritório, que trabalha na imprensa, que vive de salário e que trabalha em conjunto com outros, mas, também preenchendo um papel social no desenvolvimento e progresso deste país. Então nossa mensagem poderia se dirigir à todas as classes, e até mesmo aos patrões que fossem donos de indústrias ou de propriedades autenticamente de capital nacional, que vissem em nós, como tinham visto no Getúlio, o defensor da indústria nacional, aquele que solicitava do patrão, compreensão para o seu empregado e para o seu trabalhador, concessões. O PTB surgia com tudo aquilo que o velho Getúlio concretizou e com todos os sonhos que ele não teve tempo de concretizar.

O DEPTº FEMININO

O departamento feminino do PTB tinha a função de preparar as reuniões organizar comícios e debates. Estas mulheres eram politizadas, mas, modestas e sem muita cultura: um instrumento do partido. Este departamento, mesmo com a extinção do partido, reúne-se até hoje nos

**“EU ME LEMBRO DA FAMOSA PASSEATA DAS PANEAS VAZIAS. ELAS SAIRAM DA PRAÇA DA SÉ, INDO ATÉ OS CAMPOS ELÍSEOS CARREGANDO PANEAS VAZIAS CONTESTANDO O ALTO CUSTO DE VIDA”
(UMA PARTICIPANTE DA FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL)**

dias 19 de abril e 24 de agosto (datas de nascimento e morte de Getúlio) promovendo junto ao busto na Cinelândia um terço e uma noite de vigília, onde distribuem a carta testamento.

Quando veio 64, afirmam que naquela época eu fui salva pelo gongo, porque o Pres. Castelo Branco achou que não ficava bem um cavalheiro cassar uma senhora na maternidade. O ex-presidente afirmou pelo menos que eu recorde são esses os termos “A dep. Ivete Vargas é uma deputada intransigente, as vezes é dura e mesmo malcriada, até injusta, mas não é subversiva.” Quando os partidos foram dissolvidos, inscrevi-me no MDB. Em janeiro de 69 fui cassada pelo AI-5.

APENAS UMA MULHER

“Comecei a participar da Federação de Mulheres do Brasil em 1951, na época eu era estudante e achava muito importante participar e contribuir com os ideais e objetivos da Federação.

A Federação de Mulheres era uma organização que procurava atingir as mulheres de todas as classes sociais, procurando conscientizá-las da necessidade de uma participação efetiva no campo político e social. Eram mulheres operárias, donas de casas, estudantes, advogadas, médicas, enfim todas as categorias, que trabalhavam em núcleos espalhados por todo o país. Os núcleos funcionavam também nos bairros, onde se formavam comissões para discutir seus problemas, como custo de vida, necessidade de escolas, esgotos, transportes coletivos. Eu me lembro da famosa passeada “Paneas Vazias”, mais ou menos por volta dos anos 50, saíram da praça da Sé indo até os Campos Eliseos, carregando paneas vazias - usadas como símbolo do alto custo de vida. Além dessa forma de contestar e reivindicar soluções para seus problemas, elas convidavam os políticos para participarem das palestras e discussões que faziam semanalmente nas reuniões de bairros. Lembro que na campanha de nacionalização do petróleo e na defesa das riquezas naturais, a federação teve uma participação muito ativa. Também por ocasiões de greves, a Federação levava sua solidariedade às trabalhadoras.

Havia também a Comissão Feminina pela Anistia e solidariedade aos presos políticos. Essa comissão os visitava, dando-lhes assistência jurídica, financeira, e auxiliavam seus familiares, além de denunciar e fazer apelos à organismos internacionais. Quando foi dada a anistia esta comissão transformou-se na Comissão de Mulheres pela Democracia, que tinha como objetivos a luta pelos direitos da mulher, pela ampliação dos seus horizontes, realizando programas de natureza cultural, além da defesa de infância.

No início do governo de JK a Federação foi extinta. Em 1960 foi fundada no Rio a Liga Feminina do Estado da Guanabara. Em 1964 cessaram suas atividades”.

Mas a necessidade das mulheres se reunirem para procurarem juntas soluções para seus problemas, não só específicos mas os problemas que diariamente afligem homens e mulheres, continua. Hoje temos os clubes de mães, as sociedades amigos de bairros, grupos de mulheres que se formam nos diversos bairros para discutirem custo de vida (vide BM 3 - “Discussão de custo de vida na boca de 4 mil pessoas”), falta de esgotos, creches escolas, o calçamento de suas ruas, enfim, os problemas que afetam cada país, cada Estado, cada cidade, cada bairro, cada quarteirão.

N.R. Bertha Lutz nasceu à 2 de agosto de 1894. Jurista e bióloga dedicou toda sua vida à luta pela emancipação feminina. “Para a mulher vencer na vida, dizia ela, tem que se atirar. Se erra uma vez tem tentar outras cem. É justamente a nova geração a responsável para levar avante a luta da mulher pela igualdade.” Bertha Lutz nos legou uma experiência de vida, faleceu no dia 16/09/76.

Mulheres compositoras



O crítico do New York Times, Donald Henahan num artigo recente declara: "O longo eclipse da mulher como compositora está chegando ao fim". Para chegar a essa conclusão, ele ouviu e analisou obras contemporâneas, e preconiza com entusiasmo um lugar ao sol para as compositoras do presente e do futuro. Talvez uma nova mentalidade em relação à mulher compositora esteja surgindo.

Mulher musicista, na Antiguidade

Não existe referência direta à participação da mulher na atividade musical dos povos antigos, pois não havia consciência da mulher como participante e além disso, há pouca informação sobre a música em si. Os antigos painéis egípcios mostram sempre mulheres tocando instrumentos - os de sopro, principalmente; seriam proibidos aos homens? Quer dizer que as mulheres tocavam - embora não se saiba se elas compunham o que tocavam. Segundo L. Elmeich, "também em Canaã, que era fonte inesgotável de músicos, procuravam-se, principalmente, as orquestras de mulheres e dançarinas".

Na Grécia, tocar flauta podia ser fator de ascensão social para a prostituta comum - "pornai" -, que passava a "aléutrida". Indro Montanelli, que também afirma que Aspásia foi a primeira feminista da História, conta que ela fez essa ascensão, antes de tornar-se "hetera" (categoria mais elevada ainda de mulher livre); depois Aspásia casou-se com o estadista Péricles e chegou a fundar uma escola de filosofia e letras para moças, que fechou logo depois, por ser motivo de escândalo.

Hoje nossos hábitos artísticos são mais "especializados", mas na Grécia escrever poesia, criar música para ela, cantá-la e dançá-la era um só ato de criação. Das quatro diferentes artes conjugadas de um autor grego, só a poesia pôde ser grafada e consequentemente só ela chegou até nós. Por isso, hoje fala-se de Safo como poetisa, quando ela foi também compositora de talento, ocupando lugar de destaque entre os expoentes da Arte Grega, juntamente com Myrtis e Corinna (outras compositoras), ao lado de Píndaro e Anacreonte. Como todo artista atuante, Safo não foi poupada pela censura, que proibiu um "modo" (escala para composição) criado por ela, por ser considerado "lascivo".

As reuniões de família dos romanos eram animadas por audição de peças das damas, que assim exibiam mais uma de suas prendas - como se fazer música fosse o mesmo que executar uma toalha de crochê. Mas os roma-

nos tiveram uma musicista que passou para a História: Santa Cecília, mártir cristã, hoje padroeira dos músicos.

Na Sociedade Ocidental

Na Idade Média, não há quase referência ou ilustração sobre a atividade musical feminina. Mas Tiana Amarante menciona o "Livro de Paula", espécie de guia de comportamento para meninas, no qual um Marcelino de Carvalho da época previne que a menina não deve sequer tomar conhecimento da existência da música, a bem de sua moral.

Apesar da mentalidade vigente, uma grande figura de compositora surge na Idade Média - é importante notar que ela deixou seu nome, numa era de autores anônimos: Santa Hildegarda de Bingen. Alemã, também poetisa, ela viveu de 1098 a 1179 e compôs cerca de setenta peças musicais religiosas e o drama Ordo Virtutum.

A medida em que termina a Idade Média, surge a ópera, delineia-se o balé, renasce o teatro; mas a participação da mulher nessas atividades é por algum tempo limitada. Até o século XVII, os papéis femininos eram sempre representados por homens, que afinal eram as maiores vítimas dos preconceitos: eram castrados, ao chegar à puberdade, para que suas vozes se mantivessem num registro agudo. Esse costume, bárbaro para nossos padrões atuais, foi acabando pouco a pouco, mas demorou para extinguir-se, pois o próprio Haydn (1732 - 1809), foi convidado a castrar-se e seu pai não o permitiu.

Começam a surgir compositoras

O fim da castração coincide com o aparecimento das primeiras compositoras, e não por acaso. Tendo acesso à cena e à música, as mulheres puderam vir a ser profissionais, o que lhes garantia melhor formação musical e a possibilidade de mostrar o próprio trabalho.

O número de compositoras vai aumentando à medida em que o tempo passa. Nascidas no século XVII, temos cinco compositoras, das quais quatro são membros da família Couperin, que, como a família Bach, sobejava

em músicos. Já o século XVIII registra 13 compositoras. Amélie Julie Candeille e Maria Theresia von Paradis parece que foram as de maior êxito; mas o mesmo século poderia ter visto Anna Maria Mozart, talento precoce como o irmão, que não alcançou o profissionalismo e a fama desse.

O romantismo (século XIX) foi o período mais brilhante de nossa música ocidental e é também o mais documentado. Além das 21 personalidades femininas de compositoras do período, merecem destaque especial Fanny Mendelssohn e Clara Schumann.

Fanny Mendelssohn foi irmã de Félix e, como ele, recebeu primorosa educação musical. Dizem que os nove anos tocava de memória o "Cravo Bem Temperado", de Bach. Fanny dedicou-se à composição e suas peças aparecem, hoje, entre as do irmão, assinadas por ele. Kurt Pahlen diz que "Fanny sem dúvida se houvera tornado uma das pouquíssimas mulheres com gênio criador na música, se o pai não a houvesse convencido da opinião geral da época de que a arte para as mulheres só poderia ser adorno e passatempo, nunca uma profissão".

Já o pai de Clara Wieck Schumann tinha uma outra posição. Era professor de piano e logo reconheceu o talento excepcional da filha; determinou mesmo que ela não se casasse, para poder dedicar-se inteiramente à música. Robert Schumann precisou recorrer aos tribunais para casar-se com ela, pois Herr Wieck opunha-se tenazmente ao casamento dos dois, apesar de gostar muito de Robert. De certa forma, esse pai radical tinha razão. Casada, Clara enfrentou todo tipo de dificuldades, teve seu tempo dividido entre o trabalho de casa, os seis filhos e, depois de algum tempo, as sucessivas crises de loucura do marido. Quando ele morreu, ela passou a sustentar a família, dando aulas de música e concertos para divulgar a obra dele. Suas composições, de nível respeitável, só agora começam a sair do esquecimento, mas ainda não têm a divulgação que merecem.

Do fim do século passado para cá é que se encontra a maior proporção de mulheres compositoras, ao todo 761 (exceto as brasileiras) das quais algumas encontraram apoio e chegaram a desenvolver carreira brilhante.

Como Germaine Tailleferre, que pertenceu ao Grupo dos Seis, Gena Brascombe, Luiza Casagenas, Mabel Wheller Daniels e ainda Cecile Chaminade, autora da famosa "Scarf Dance". Lili Boulanger (1893-1918), irmã da famosa Nadja Boulanger professora de harmonia que lecionou grandes nomes de nossa música contemporânea - foi uma compositora de extraordinária fertilidade. Com 4 anos de estudo assimilou todos os conhecimentos de conservatório. Apesar dos preconceitos, ganhou o Grande Prêmio de Roma, em 1913. Faleceu aos vinte e cinco anos e é reconhecida como um gênio incontestável.

No Brasil

A atividade musical da mulher brasileira poderia constituir-se num estudo à parte, pois o desenvolvimento cultural brasileiro segue rumos bem diferentes do europeu, ou norteamericano.

No Brasil Colonial viveu uma certa Dona Mariana, compositora de modinhas; e F. Kurt Lange, que pesquisou o ciclo do ouro, se refere a Ana Maria dos Santos, organista cega, e Thomazia Onofre do Lirio, ambas substitutas (em diferentes ocasiões) do Lobo de Mesquita - pois com a decadência da mineração as despesas foram reduzidas, substituindo-se os músicos de melhor paga pelos de menor.

No século passado, a condessa Rafaela Roswadowska encenou no Rio (1862) uma ópera de sua autoria, "Dois Amores". Alguns anos depois, uma outra mulher encenava óperas no Brasil: Chiquinha Gonzaga. Mais conhecida como compositora popular, era também excelente compositora de operetas; e sua primeira ópera, com libreto de Artur Azevedo, não foi encenada... por ser música escrita por mulher. Mas as seguintes 75 o foram, com sucesso. Fazia também orquestração e foi a primeira mulher a reger em público no Brasil.

Dinorá de Carvalho, ainda hoje atuante, acumula prêmios no Brasil e Europa. Talvez seu nome não seja conhecido pelos brasileiros como mereceria, e como o é no exterior, mas neste ano de 1976 ela ganhou o prêmio da Associação Paulista de Críticos de Música, com a sua Sonata.

Brasil Correio

BRASIL/ CORREIO se propõe a ser uma seção de debates dentro do BM. As mais diversas opiniões recebidas através de cartas, serão transcritas para apreciação de nossas leitoras e leitores. As respostas de apoio ou crítica deverão ser encaminhadas para Cx. Postal 13.897 - São Paulo. Essa colaboração é de grande importância para o jornal como forma de avaliação de nosso trabalho e fonte de indicação dos objetivos prioritários na tarefa de conscientizar e promover a participação da mulher.

O BM recebeu uma carta da Federação Democrática Internacional de Mulheres, com sede em Berlim, entidade que congrega 121 organizações nacionais em 106 países, dispondo de estatuto consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas - Ecosoc -, estatuto, categoria B, junto a Unesco e inscrita no registro especial da Organização Internacional do Trabalho - OIT, tendo também a presidência da Subcomissão para a Condição Feminina junto ao Comitê Especial das ONG Internacionais para os Direitos do Homem.

O Brasil / Correio passa à transcrição de alguns trechos: "Queremos felicitar o grupo por esta iniciativa que permite às mulheres de seu país ter um porta-voz para exprimir suas aspirações. Estamos vivamente interessados pelas informações difundidas pelo BM com relação a condição de vida da mulher brasileira. Foi importante para nós a matéria sobre a Mulher Trabalhadora, publicada no nº 2. Esta como outras serão importantes para o trabalho que desenvolvemos. Esperamos receber regularmente o Brasil Mulher e desejamos sucesso para o trabalho proposto. Fanny Edelman - Secretária Geral da FIDM - Berlim - Alemanha

Prezadas companheiras: Primeiro, a boliviana Domitila. Depois, a portuguesa Elvira, com seu Monte de Trigo, no Alentejo. São exemplos dignificantes, quando a mulher pode levantar a cabeça e afirmar: "Meu marido não se mete na minha revolução". Mas aqui, no Brasil, apesar do mesmo sangue latino, parece que vivemos as avessas. Pelo menos é o que pude constatar mais de perto recentemente e passo a relatar aos leitores de Brasil Mulher. E, para não ferir pessoas amigas, deixo de citar nomes e o local da "experiência".

Durante o mês de julho, em férias do trabalho, tive oportunidade de acompanhar os primeiros passos de uma campanha eleitoral numa cidade do Interior, no momento em que os partidos saíram às ruas a cata dos candidatos. A cidade tem pouco mais de 40 mil habitantes. Não muito longe de São Paulo, servida por estrada de rodagem asfaltada. A economia do município está baseada na agropecuária e os fazendeiros, principal força de poder, são contrários à industrialização. As razões são evidentes: primeiro, porque barateia o custo da mão-de-obra (bólas-frias) e, segundo, porque mantém pura a endogamia oligárquica, que poderia, ficar ameaçada com o aparecimento do operariado urbano.

Mas voltemos aos candidatos. Acompanhei de perto o trabalho heróico de "selecionar" homens dispostos a um mandato eletivo. Conversamos com filiados no partido, fizemos o convite para participar e recebemos da maioria a mesma resposta: "Eu gostaria,

mas preciso conversar lá em casa, pois minha mulher não gosta de política". Algumas exceções, é claro, mas a maioria deu a entender que seria difícil receber o consentimento da mulher. Quase todos mostraram interesse em participar, alguns ficaram alegres diante do convite, outros estavam orgulhosos, mas sempre no condicional: era preciso, primeiro, "convencer" a mulher.

E convencer a mulher, deixaram claro também, não seria a simples troca de idéias, a discussão das vantagens ou desvantagens de uma participação política. Era sim, uma questão de continuidade ou não da vida conjugal. Excluindo-se os solteiros e os maridos mais independentes, a maior parte, dos 40 e poucos consultados, teve que "brigar" em casa para ter o seu nome incluído na lista de candidatos. Além disso, por mais de uma vez, os dirigentes partidários tiveram que conversar pessoalmente com as mulheres, para que "deixassem" seus maridos serem candidatos.

A argumentação mais usada por essas mulheres - embora demonstrem alguma consciência dos problemas sociais, alta do custo de vida, etc - é que política "é um negócio sujo", que não serve para seus maridos. Consideram que ser vereador, prefeito ou participar de qualquer iniciativa coletiva da comunidade pode prejudicar a "felicidade do lar". O mais grave: alimentam o individualismo de maneira radical e valorizam ao extremo os bens materiais, tão somente pela afirmação do "status". Naturalmente, essa maneira de pensar não é privilégio delas, mas da sociedade brasileira no atual regime. É claro, também, que a população dessa cidade vive, por motivos históricos, um clima de temor. Prefere-se o alheamento à participação. Naturalmente, também, que o grupo de poder exerce fortes pressões, ameaçando sempre o lado mais vulnerável da estabilidade familiar: o emprego (trabalho).

Como lembrei de início, a nossa situação está bem distante da Domitila e da Elvira. Talvez, o exemplo acima seja a expressão do que ocorre em todo nosso Interior. Talvez, a "culpa" pelo comportamento das mulheres seja dos próprios maridos, que procuram afastá-las de todas as atividades não relacionadas à moda, à cozinha, à lavanderia, etc. Não quero, porém, firmar juízos. Somente procurar mostrar uma parcela da nossa realidade e lutar, ao lado de Brasil Mulher, para que homens e mulheres se libtem.

Hamilton Octavio de Souza - SP

Para o Brasil / Correio a carta do Hamilton deixa bem claro que a emancipação é uma luta de homens e mulheres. Esperamos outras colaborações de nossas leitoras e leitores, como também soluções para a questão apresentada.

Um jornal voltado, principalmente, para a emancipação feminina deve ser a finalidade do Brasil Mulher. Essa emancipação, nos dias de hoje, significa acima de tudo a participação ativa e consciente da mulher na resolução dos problemas de nossa sociedade. Portanto é justo que o BM enfoque os nossos problemas mais cruciais notadamente, a vida e a luta dos trabalhadores da cidade e do campo.

Entretanto o BM não pode ficar só nisso. Ao enfatizar toda a gama de problemas, ele deve dirigir sua preocupação para a situação da mulher, para a participação da mulher, para as dificuldades que ela enfrenta nessa participação (ou que a levam à não participação). É isso que diferencia o BM no contexto da imprensa brasileira, é isso que lhe dá condições de preencher um espaço jornalístico de extrema importância e que estava vazio até o seu surgimento. O BM tem cumprido razoavelmente esse papel em todas as reportagens onde tem mostrado o problema e a mulher dentro deste. No número 4, existe uma reportagem sobre as trabalhadoras do campo em Portugal, que realiza com pleno êxito os objetivos do jornal.

Entretanto, não posso entender a que veio a matéria principal "Os nossos sem terra", e o Editorial inteirinho sobre o mesmo assunto. Não que o assunto não seja importante. As denúncias ali contidas são gravíssimas, merecem ampla divulgação. O BM está certo ao fazer isso. Mas não pode fazer só isso, mostrou só o problema, não mostrou a mulher dentro do problema. Nada sobre os dramas, as dificuldades e a participação das mulheres em todos aqueles conflitos. Em suma, uma boa reportagem para Movimento ou para o Opinião, mas pela metade para o BM.

Mais uma crítica sobre a mesma matéria na citação "A posse da terra em que trabalha é tão importante para o agricultor como a posse da mulher amada para o homem que se casa". Ora isto lá é comparação que se preze e que se reproduza? A posse da terra tem alguma coisa de bom em comum ou comparável com a posse da mulher pelo homem? Em nossa opinião, a resposta é não. A única coisa em comum entre o desejo de posse das duas "coisas" é o individualismo marcante na mentalidade do trabalhador rural... O que não quer dizer que seja injusta no quadro atual brasileiro a luta pela posse da terra.

Maurício Ribeiro - S.P.

Maurício, você encontrará nossa autocritica sobre a matéria "Os nossos sem Terra" nesse número, através dos depoimentos que estamos publicando. Quanto a citação, tratava-se de um depoimento que deveria ter entrado no texto da matéria, mas com o destaque acabou proporcionando essa interpretação.

NOSSOS JORNAIS

BOCA DO INFERNO é mais um "nanico" baiano que já está no segundo número, bom de briga e com muito tempero. É uma contribuição do grupo formado por Hilton Libos (ex-jornal EX) que, segundo o escritor João Antonio, está fazendo um "jornal sem folclore". Custa 6 cruzeiros e a redação fica no Maciel, rua João de Deus, 18 — Salvador.

SAUDE EM DEBATES, revista que representa o trabalho do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde — CEBES — setor São Paulo, entidade sócio-cultural, que promove debates no setor da saúde, sob um ângulo multiprofissional. Não sendo uma entidade médica, reúne profissionais e todas as pessoas interessadas no tema Saúde. ABCD JORNAL é de São Bernardo do Campo. Além de denunciar os problemas dos moradores da região, tem uma página destinada ao noticiário sindical e esclarecimentos sobre leis trabalhistas. O jornal está realizando uma ampla campanha de assinaturas. Os pedidos poderão ser encaminhados para a rua Jurubatuba, 1299 — sala 7 — São Bernardo do Campo — São Paulo.

COBRA DE VIDRO é uma publicação paulista dos Centros Acadêmicos da Faculdade de Engenharia Industrial — FEI —, da Getúlio Vargas — GV —, e da Faculdade Armando Álvares Penteado — FAAP. No número 3 o jornal conta a história do movimento estudantil desde a Inconfidência Mineira até a formação da União Nacional dos Estudantes visando "trazer aos universitários informações que os ajudem a discutir seu papel frente a realidade brasileira". Colaborações: Av. Nove de Julho, 2029 - S.P.

Como assinar Brasil Mulher

Para assinar BRASIL MULHER basta enviar seu nome e endereço, acompanhado de vale postal a favor da Sociedade Brasil Mulher no valor de 60,00 para assinatura anual ou de 30,00 para assinatura semestral, endereçado para SOCIEDADE BRASIL MULHER AV. INGLATERRA 655 — JERUMENHA — CÓDIGO POSTAL 86.100 LONDRINA PARANÁ. EXTERIOR — VIA AÉREA — ANUAL US\$ 10,00 SEMESTRAL US\$ 5,00*

Assine Brasil Mulher

NOME
ENDEREÇO
PROFISSÃO

Observações que o leitor julgue interessante para o desenvolvimento da difusão do Brasil mulher em sua área

Leia

A ILHA
ABCD Jornal
BOCA DO INFERNO
COBRA DE VIDRO
INFORMAÇÃO
LAMPILHO
MOVIMENTO
MARABERTO
NÓS MULHERES
OVELHA NEGRA
OPINIÃO
POEIRA
VERSUS